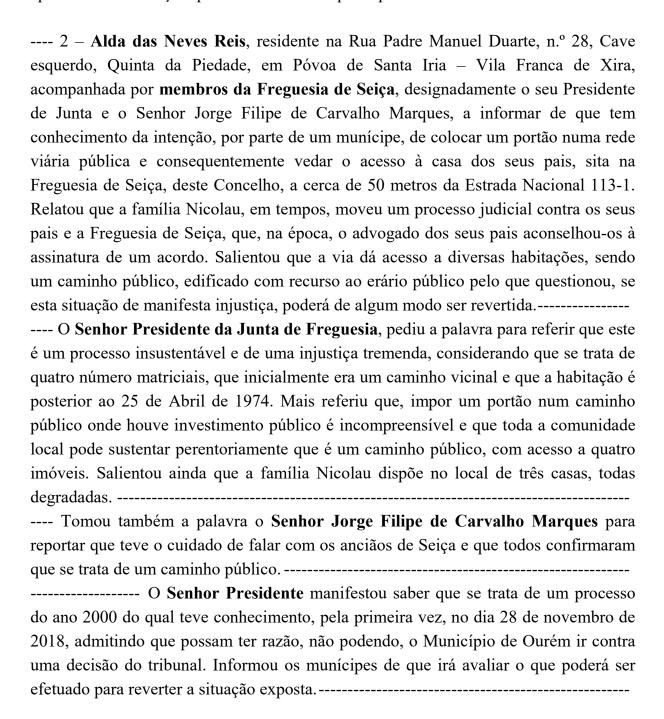


ATA N.º 27 (REUNIÃO PÚBLICA)

Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente. -----ABERTURA DA REUNIÃO----------- O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I Á LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----ooxxxoo 000 INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE --------- De acordo com o que foi deliberado na reunião de 30 de outubro de 2017, a Câmara começou por ouvir os munícipes presentes, mediante a seguinte ordem:--------- 1 – **António Reis Oliveira**, residente na Rua de São Domingos, n.º 33, em Aldeia Nova, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho, a expor um problema de mobilidade naquela localidade, já conversado há algum tempo (concretamente em maio de 2018), com o executivo municipal e que persiste em ser resolvido.---------- O Senhor Presidente esclareceu o munícipe que o problema existe há décadas (mais ou menos 50 anos), provocando constrangimentos no trânsito, na localidade de Aldeia Nova e de que, atualmente, foi promovido um levantamento

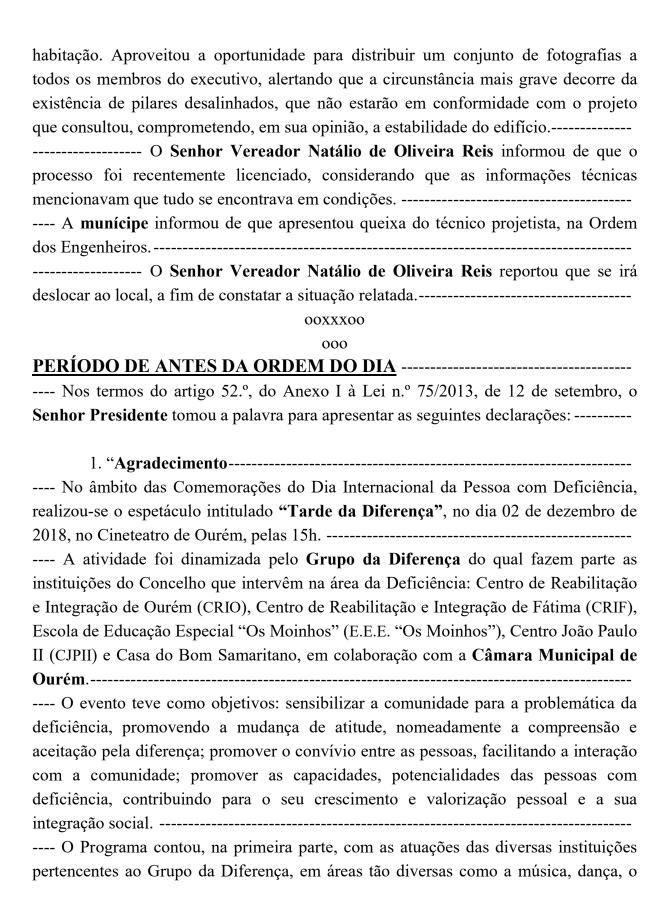
topográfico que dispõe de um esboço sobre o que deveria ser efetuado. Alertou, no



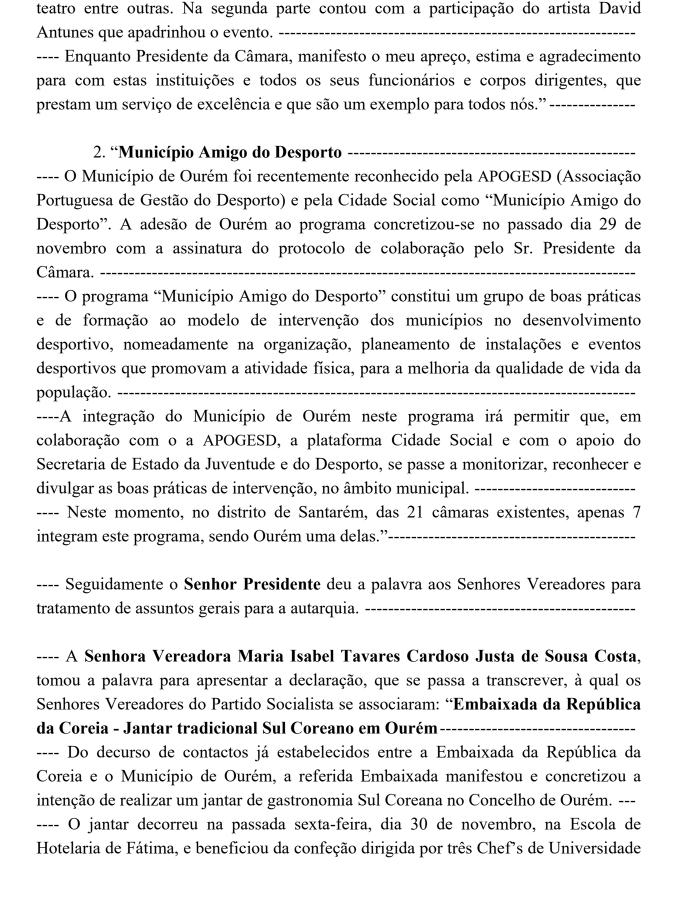


---- 3 – **Filomena Maria do Espírito Santo Coelho Reis**, residente Rua Rainha Santa Isabel, n.º 20, em Pontes, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho, a relatar uma problemática antiga, inerente a uma construção embargada desde 2008, junto à sua

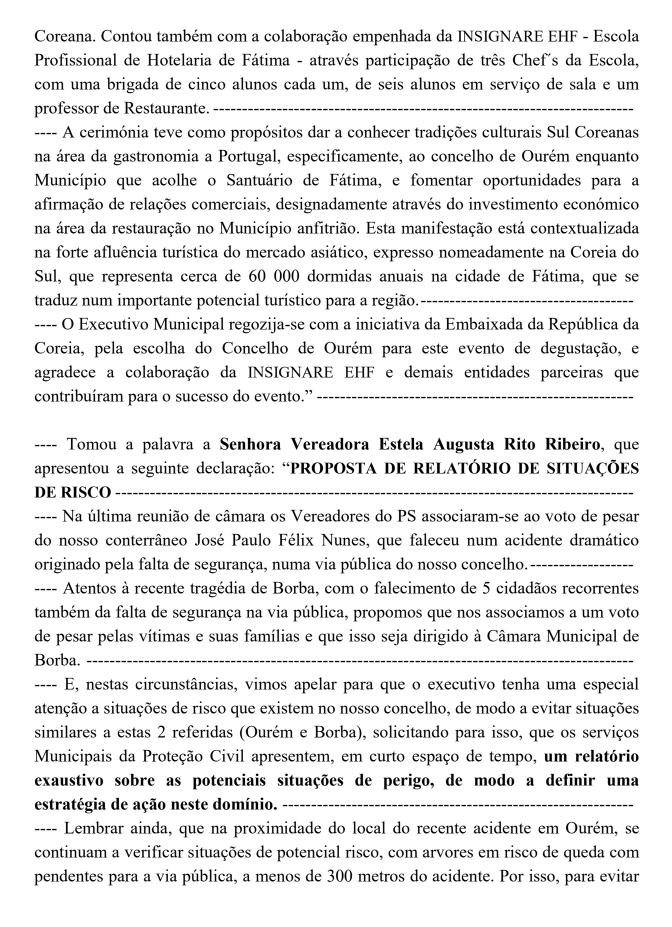




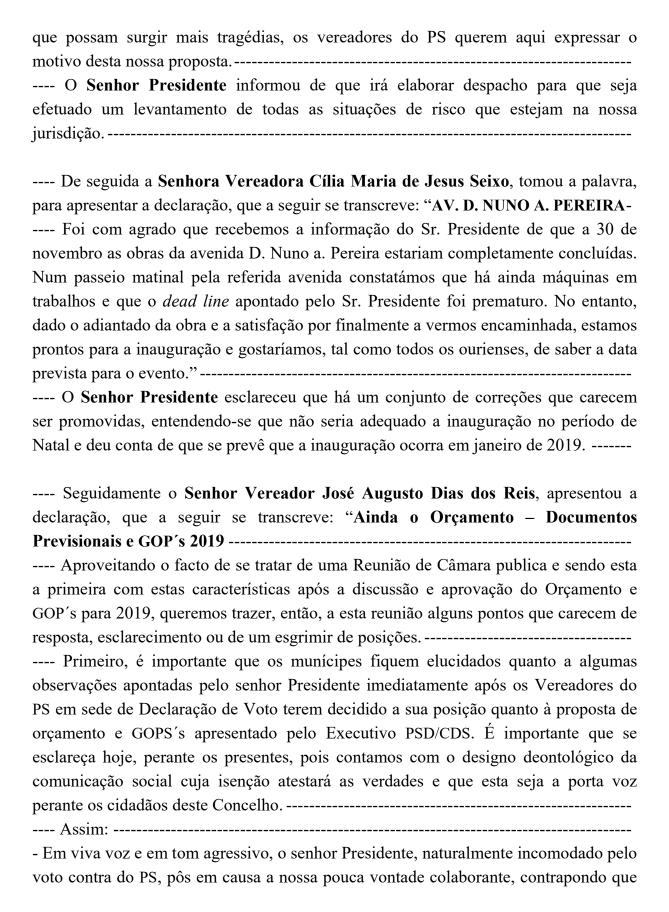














- Da mesma forma, o senhor Presidente concluiu em tese que se votamos contra os documentos em causa, estaríamos a votar contra todos os investimentos e que isso não o podíamos negar. Não sabemos se esta conclusão tem alguma coisa a ver com o que sentiram quando votaram contra os Orçamentos de 2012 e 2015, mas determinantemente não foi esse o nosso sentimento, pois naturalmente nunca votaríamos contra todas as políticas que de alguma forma vão ao encontro das necessidades dos oureenses. Não votamos contra a continuidade de obras tão relevantes e que já vem de trás como sendo obras de saneamento, requalificação da Vila Medieval, do cineteatro, dos Jardins e Parques, dos vários centros escolares, aos apoios às coletividades, às Juntas de Freguesia, aos Bombeiros, à requalificação de Zonas Industriais e muitos mais. Nem tão pouco estamos contra a propostas que são muito bandeira deste Executivo como a Start Up's ou mesmo o apoio à Natalidade embora com um cunho diferente se fossemos nós na governação da Câmara.--------- Todavia, a proposta do Orçamento e GOP's das Câmaras não têm as mesmas caraterísticas do Orçamento de Estado, i.e., não nos é dada a possibilidade de votações sectoriais em sede de especialidades. Aí naturalmente teríamos oportunidade de manifestar o nosso sentido, contudo, no caso concreto só tivemos oportunidade de votar na generalidade, o que significa, votar a estratégia do Executivo para 2019. Mas, o senhor Presidente insistiu em sede de declaração e que fez constar em Ata, que estávamos a votar contra tudo. Será que esta é uma doutrina que vem de cima, do aparelho político-partidário nacional que para além de votar contra o Orçamento de Estado de 2019 na sua generalidade, também teve oportunidade de mostrar quais são as suas intenções quando na especialidade disseram NÃO à redução das Propinas, disseram NÃO à gratuitidade dos manuais escolares, disseram NÃO à redução tarifária nos transportes públicos, disseram NÃO ao aumento do complemento de alojamento dos estudantes, disseram NÃO ao reforço de investimento na PJ, disseram NIM ao aumento das pensões, disseram NIM à contratação de vigilantes para a natureza, disseram NIM à expansão da rede de educação pré-escolar, disseram NIM ao alargamento do abono de família pré-natal, disseram NIM ao apoio aos desempregados

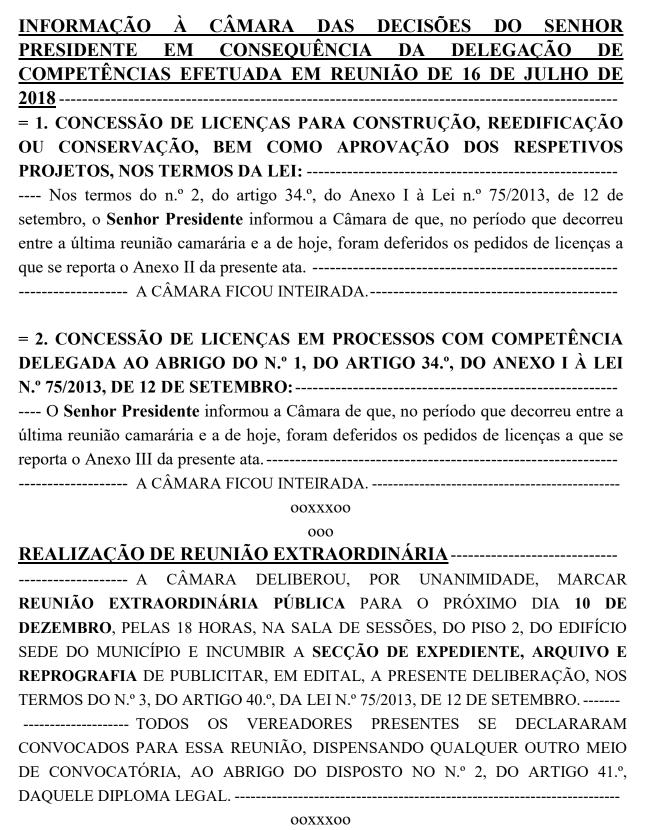


de longa duração, disseram NIM ao reforço de vagas para médicos em zonas carenciadas. Podíamos enumerar mais posições políticas da Direita no Orçamento recentemente aprovado, mas ficamos por aqui, cujos exemplos já são bastante elucidativos. ---------- Voltando ao Orçamento e GOP's deste Executivo e como já foi referido, o que nos foi dado a votar foi a estratégia política para 2019 o qual mereceu o nosso voto contra pelas razões já descritas na nossa declaração de voto. Mas podemos aqui relembra-las e que fique claro que as RAZÕES DO NOSSO SENTIDO DE VOTO prendem-se sobretudo pela inscrição no Orçamento de 2019 da TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA e pelo caminho dado ao ajustamento das TAXAS E CUSTOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO E DE RESÍDUOS URBANOS, para além da POUCA AMBIÇÃO e FALTA DE IDEIAS. para aquilo que se esperaria para um segundo ano de mandato com uma Câmara financeiramente tranquila!------ Por fim, o senhor Presidente acusou-nos de não apresentar propostas. O senhor Presidente sabe muito bem que isso não corresponde à verdade. A 20 de Setembro foi enviado por mail diretamente para o senhor Presidente com os nossos contributos para a preparação dos Documentos Previsionais à luz do cumprimento da Lei 24/98 de 26 de Maio, cujo teor da proposta se anexa à presente declaração. --------- A este respeito não tivemos qualquer feed-back, mas também não era expectável que tal acontecesse. O Orçamento e GOP's são instrumentos de trabalho muito próprios da governação, pelo que reconhecemos que o Executivo deve ter a liberdade de transformar o discurso em números e consequentemente pôr em prática o seu programa eleitoral. Assim, e para terminar o Orçamento é um exercício muito próprio de quem manda e certamente sabemos que quem manda aqui é o Senhor Presidente. E Nós? Nós, só podemos mandar no nosso sentido de VOTO!!! ----------- Anexo à declaração: Ainda o Orçamento – Documentos Previsionais e GOP's 2019 ----------Exmo. Presidente Camara Municipal, de Ourém ------Sr. Luís Miguel Albuquerque Assunto: Documentos Previsionais 2019/2022-----Em resposta ao vosso registo documental com o número 26618/2018 datado de 01/08/2018 sobre o assunto em referência no cumprimento da Lei nº 24/98 de 26 de Maio, vem assim o Partido Socialista de Ourém dar o seu contributo para a elaboração dos documentos Previsionais 2019/2022.-----Não tendo meios para avaliar cabalmente as Despesas previsionais relativamente a Propostas apresentados, vimos apenas propor discricionariamente as mesmas, divididas em Grandes Temas: ----Educação -----



Construir o Centro Escolar da Atouguia e o Centro Escolar de Caxarias
Ação Social
• Instalar no concelho uma Unidade da Rede de Cuidados Continuados da Saúde Mental;
Desporto, Juventude e Associativismo
Construir o Pavilhão Gimnodesportivo de Ourém;
Desenvolvimento Económico
• Reforçar a importância da estação de Caxarias como nó de ligação de transportes públicos e
implementar um modelo de mobilidade integrada com Ourém e Fátima;
Desenvolver um estudo em torno da produção de energia eólica no concelho de Ourém, em parceria com as Juntas e Uniões de Freguesia;
Inovação e Tecnologia
• Criar o Fátima Interactive. Um mapa digital da cidade de Fátima em aplicação para
smartphone
• Instalar estruturas de hi touch nos principais locais turísticos de Fátima, Ourém, Vila
Medieval, Aljustrel com informação digital;
 Expandir a Rede de Fibra Ótica concelho de Ourém com reforço de banda larga para o setor
empresarial;
<u>Infraestruturas e Urbanismo</u>
Construir a variante à Aldeia Nova, Olival;
• Eliminar barreiras arquitetónicas públicas: passeios, acessos e usufruto em edifícios públicos;
Construção de Parque de Campismo em Fátima
Requalificação do Largo da Junta de Freguesia de Urqueira
Turismo, cultura e Património
Instalar um Welcome Center em Fátima;
• Construir o Centro Cultural e a Biblioteca de Ourém (dinamizar cidade e comércio local -
apoio ao associativismo, cultura e eventos)
Planeamento e Ordenamento do Território
• Executar o Plano de Urbanização de Fátima e o Plano de Pormenor da Avenida Papa João
XXIII;
Gestão do território, da Floresta e do mundo rural
Constituição das Zonais de Intervenção Florestal;
Ourém, 17 de setembro de 2018"







REUNIÕES ORDINÁRIAS -----

ooxxxoo

000

PAGAMENTOS -----

---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 19 e 30 de novembro findo, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 3.559.812,78€: 2924, 3159, 3408, 3414 a 3423, 3425 a 3430, 3432 a 3436, 3438 a 3546, 3549 a 3594, 3596 a 3600, 3603 a 3633, 3635 a 3650, 3651/1, 3651/2, 3652/1, 3652/2, 3653/1, 3653/2, 3653/3, 3653/4, 3653/5, 3653/6, 3654/1, 3654/2, 3654/3, 3654/4, 3654/5, 3654/6, 3654/7, 3655/1, 3655/2, 3655/3, 3655/4, 3655/5, 3655/6, 3655/7, 3655/8, 3655/9, 3656/1, 3656/2, 3656/3, 3656/4, 3656/5, 3656/6, 3657/1, 3657/2, 3657/3, 3657/4, 3657/5 3657/6, 3657/7, 3657/8, 3657/9, 3658/1, 3658/2, 3658/3, 3658/4, 3658/5, 3658/6, 3659/1, 3659/2, 3659/3, 3659/4, 3659/5, 3660/1, 3660/2, 3660/3, 3660/4, 3660/5, 3660/6, 3660/7, 3661/1, 3661/2, 3661/3, 3661/4, 3661/5, 3661/6, 3661/7, 3661/8, 3662/1, 3662/2, 3662/3, 3662/4, 3662/5, 3662/6, 3662/7, 3662/8, 3662/9, 3662/10, 3663/1, 3663/2, 3663/3, 3663/4, 3664/1, 3664/2, 3664/3, 3664/4, 3664/5, 3664/6, 3665/1, 3665/2, 3665/3, 3665/4, 3665/5, 3665/6, 3665/7, 3666/1, 3666/2, 3666/3, 3666/4, 3666/5, 3666/6, 3666/7, 3666/8, 3667/1, 3668/1, 3668/2, 3668/3, 3668/4, 3668/5, 3669/1, 3669/2, 3669/3, 3669/4, 3669/5, 3669/6, 3669/7, 3670/1, 3670/2, 3670/3, 3671/1, 3671/2, 3671/3, 3671/4, 6371/5, 3672/1, 3672/2, 3672/3, 3673/1, 3673/2, 3673/3, 6373/4, 3673/5, 3673/6, 3674 a 3691, 3693 a 3698, 3710 a 3722, 3726 a 3733 e 3739.

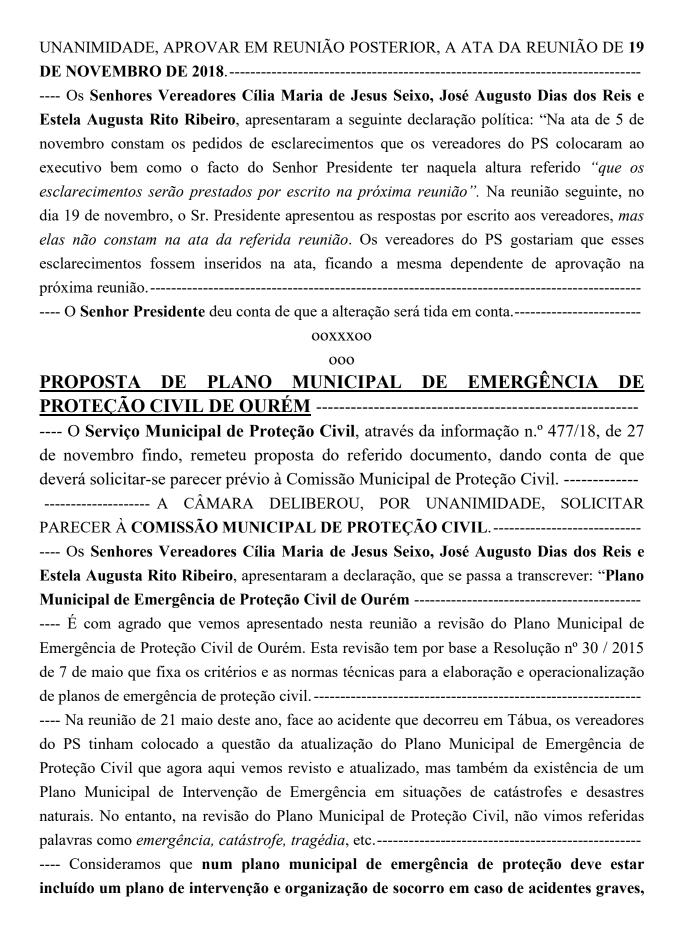
------ A CÂMARA FICOU INTEIRADA. ------ooxxxoo

000

APROVAÇÃO DE ATAS------

----- AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO ARTIGO 57.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, A CÂMARA DELIBEROU, POR



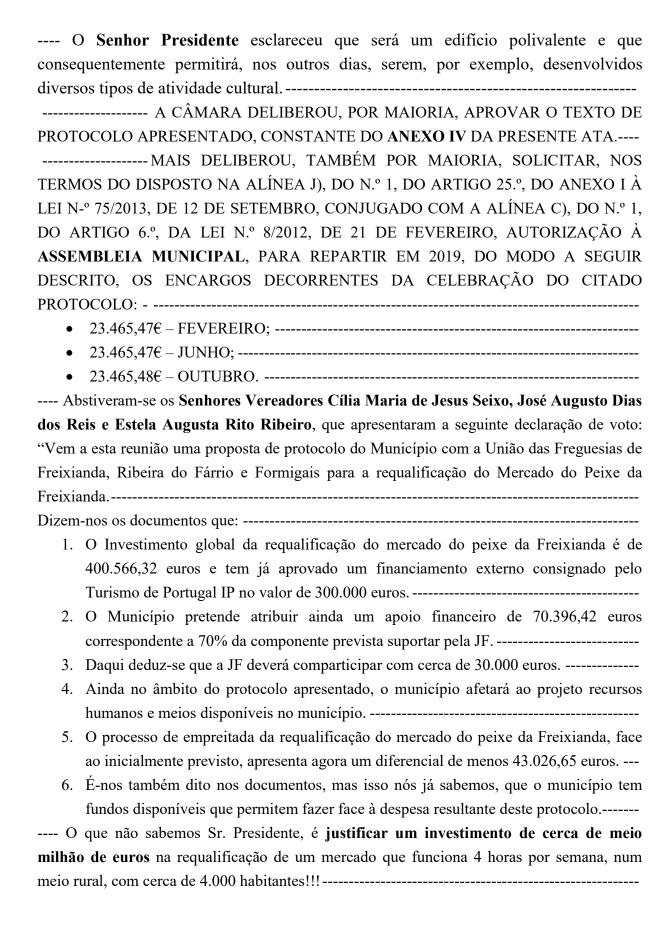




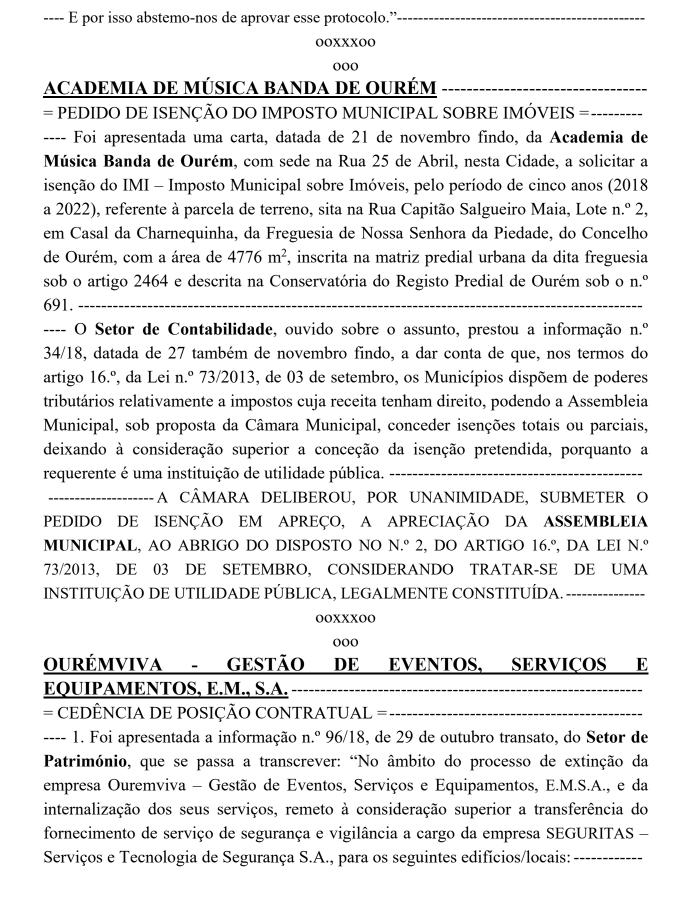
terramotos, desastre ou tragédia natural. Assim, os vereadores do PS votam favoravelmente a revisão deste plano, mas consideram fundamental a introdução de um plano de ação imediato para as situações de emergência anteriormente mencionadas."---

ooxxxoo 000 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO --------- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 40.423/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre o pedido de Manuel das Neves Abreu, para proceder à plantação de pinheirosmansos, numa extensão de 2,74 hectares, no sítio de Canto da Barroca, no lugar de Vale da Cordela, da Freguesia de Seiça, deste Concelho.--------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre o pedido, prestou a informação n.º 462/18, de 15 de novembro findo, a anexar o seu parecer favorável, de referência 44/RJAAR/2018. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. -----ooxxxoo 000 RECONSTRUÇÃO DO MERCADO DO PEIXE EM FREIXIANDA ------

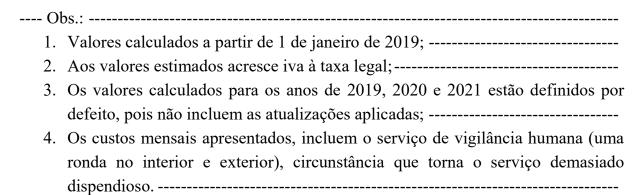
= PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS = ---------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, através da sua informação n.º 116/18, datada de 27 do mês findo, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 70.396,42€, os encargos decorrentes das obras de reconstrução do mercado do peixe em Freixianda, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio a atribuir. --------- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo, para questionar qual a razoabilidade de se promover um investimento avultado, num espaço que é utilizado aproximadamente duas horas por semana. -----



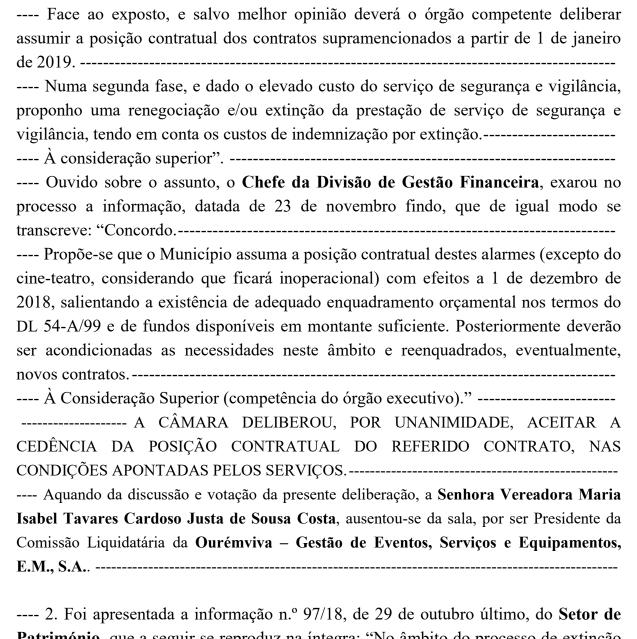




N.º Contrato	Local	Inicio	Valido	Termino	Valor/ mensal	Valor Ano 2019	Valor Ano 2020	Valor Ano 2021
39518	Centro Municipal de Exposições	21.09.2019	3 anos, renovado automaticam /te por iguais períodos	21.09.2021	126,11€	1.513,32€	1.513,32€	1.134,99€
39519	Cine Teatro Municipal	01.08.2007	1 ano, renovado automaticam /te por iguais períodos	01.08.2019	144,41€	1.155,28€		
38521	Piscinas Municipais em Ourém	01.08.2007	l ano, renovado automaticam /te por iguais períodos	01.08.2019	156,92€	1.255,36€		
39522	Centro Escolar Santa Teresa	01.08.2007	1 ano, renovado automaticam /te por iguais períodos	01.08.2019	168,29€	1.346,32€		
39523	Edifício Sócio Cultural – Praça Dr. Agostinho Albano Almeida	21.09.2009	3 anos, renovado automaticam /te por iguais períodos	21.09.2021	170,45€	2.045,40€	2.045,40€	1.534.05€
38525	Edifício Egas Moniz – Biblioteca e Arquivo Histórico	21.09.2009	3 anos, renovado automaticam /te por iguais períodos	21.09.2021	169,30€	2.031,60€	2.031,60€	1.523,70€
39771	Edifício Sala luso- Galaica e Cafetaria/b ar – Parque da Cidade	01.07.2005	5 anos, renovado automaticam /te por iguais períodos	01.07.2020	138,94€	1.667,28€	972,58€	
				TOTAIS	1.074,42€	11.010,56€	6.562,90€	4.192,74€







Patrimonio , que a seguir se reproduz na integra: No ambito do processo de extinção			
da empresa Ouremviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M.S.A., e da			
internalização dos seus serviços, remeto à consideração superior a cedência da posição			
contratual inerente aos contratos dos alarmes instalados a cargo da empresa			
SEGURITAS DIRECT PORTUGAL, Lda, para os seguintes edificios/locais:			

N.º	Local	Inicio	Valido	Termino	Quota/	Valor Ano
Contrato					mensal	2019

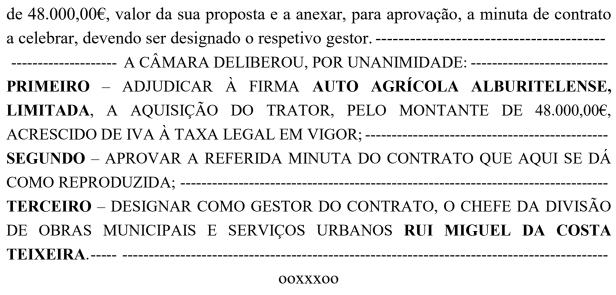
279050	Museu Municipal de Ourém – Largo Dr. Vitorino, n.º 14 2490-497 Ourém	29.10.2009	l anos, renovado automaticamente por iguais períodos	21.09.2019	36,00€	432,00€
282636	Galeria Municipal – Praça do Pelourinho – Vila Medieval de Ourém	22.01.2010	l ano, renovado automaticamente por iguais períodos	22.01.2019	35,75€	429,00€
				TOTAIS	71,75€	861,00€

Obs.:
1. Valores calculados a partir de 1 de janeiro de 2019;
2. Aos valores estimados acresce iva à taxa legal;
3. Os valores calculados para o ano de 2019 estão definidos por defeito, pois não
incluem as atualizações aplicadas;
Face ao exposto, e salvo melhor opinião deverá o órgão competente deliberar
assumir a posição contratual dos contratos supramencionados a partir de 1 de janeiro
de 2019
À consideração superior"
Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no
processo uma informação, datada de 23 de novembro findo, a propor que o Município
assuma a posição contratual do contrato em questão, com efeitos a 01 de janeiro de
2019
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ACEITAR A
CEDÊNCIA DA POSIÇÃO CONTRATUAL DO REFERIDO CONTRATO, NAS
CONDIÇÕES APONTADAS PELOS SERVIÇOS
Aquando da discussão e votação da presente deliberação, a Senhora Vereadora Maria
Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, ausentou-se da sala, por ser Presidente da
Comissão Liquidatária da Ourémviva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos,
E.M., S.A
ooxxxoo
000

<u>P131/2018 – AQUISIÇÃO DE TRATOR</u> -----

---- Foi apresentada a informação n.º 419/18, de 09 de outubro último, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a adjudicação do procedimento indicado em epígrafe, à firma **Auto Agrícola Alburitelense**, **Limitada**, pelo montante

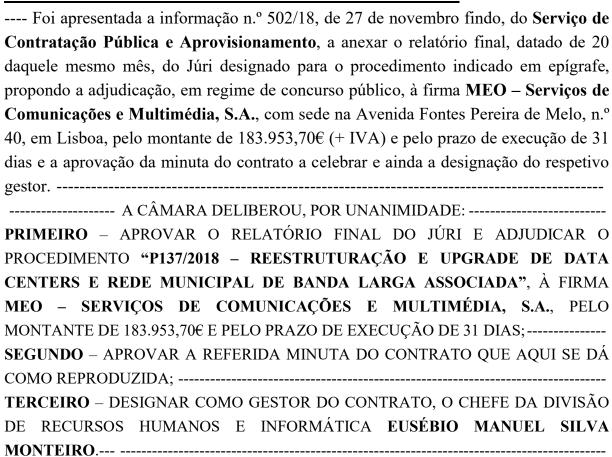




P132/2018 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE UM CONTRATO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR ------ Foi apresentada a informação n.º 492/18, de 20 de novembro findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar o relatório final, datado de 15 daquele mesmo mês, do Júri designado para o procedimento indicado em epígrafe, propondo a adjudicação, em regime de consulta prévia, à firma Caixa Leasing & Factoring, S.A., com sede na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, pelo montante de 48.402,24€ (+ IVA) e pelo prazo de execução de 36 meses e a aprovação da minuta do respetivo contrato a celebrar e ainda a designação do gestor do mesmo. ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – APROVAR O RELATÓRIO FINAL DO JÚRI E ADJUDICAR O PROCEDIMENTO "P132/2018 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE UM CONTRATO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR", À FIRMA CAIXA LEASING & FACTORING, S.A., PELO MONTANTE DE 48.402,24€ E PELO PRAZO DE EXECUÇÃO DE 36 MESES; ------SEGUNDO – APROVAR A REFERIDA MINUTA DO CONTRATO QUE AQUI SE DÁ COMO REPRODUZIDA: ------TERCEIRO – DESIGNAR COMO GESTOR DO CONTRATO, O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA FERNANDO LUÍS GASPAR DA SILVA PEREIRA MAROUES.----



<u>P137/2018 – REESTRUTURAÇÃO E UPGRADE DE DATA CENTERS E</u> REDE MUNICIPAL DE BANDA LARGA ASSOCIADA------



ooxxxoo

000

<u>P172/2018 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DE CORREDORES DOS EMISSÁRIOS DE OURÉM</u> ------



Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, cuja despesa incide nos anos de 2018 (12.300,00€) e 2019 (36.900,00€). ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – EMITIR PARECER PRÉVIO VINCULATIVO À CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CAUSA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 6, DO ARTIGO 61.º, DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018;-----SEGUNDO – AUTORIZAR A DESPESA CONFORME PROPOSTO E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); ------TERCEIRO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------QUARTO – SOLICITAR ÀS ENTIDADES A CONVIDAR, QUE APRESENTEM PROPOSTA, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 112.º, DO CCP; ------QUINTO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI, A CHEFE DO SERVICO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, PAULA ALEXANDRA NEVES DO COUTO MARQUES (QUE PRESIDIRÁ), O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (SECRETÁRIO) E O TÉCNICO SUPERIOR VLADIMIRO JOSÉ QUEIMADO ALVES E COMO MEMBROS SUPLENTES, O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, FERNANDO LUÍS GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES E A TÉCNICA SUPERIOR ISABEL CRISTINA HENRIQUES PEREIRA; -----SEXTO – NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS), O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO, AS COORDENADORAS TÉCNICAS MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E ADÉLIA VIEIRA DA GRAÇA ANTUNES CARRIÇO E OS TÉCNICOS SUPERIORES PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E EVA MARGARETE DA SILVA REIS. SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR. -----



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS P173/2018 AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DE PROJETOS DE EXECUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS NO CONCELHO DE OURÉM --------- Foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos para a aquisição de serviços indicada em epígrafe, com o preço base de 74.950,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 180 dias, instruídos com a informação n.º 485/18, de 15 do mês findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, de conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos. --------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 20 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando o adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, com incidência nos anos de 2018 (15.364,75€) e 2019 (76.823,75€). ------------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – EMITIR PARECER PRÉVIO VINCULATIVO À CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CAUSA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 6, DO ARTIGO 61.º, DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018;-----SEGUNDO – AUTORIZAR A DESPESA CONFORME PROPOSTO E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); ------TERCEIRO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------**QUARTO** – SOLICITAR ÀS ENTIDADES A CONVIDAR, QUE APRESENTEM PROPOSTA, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 112.º, DO CCP; ------QUINTO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI, O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (QUE PRESIDIRÁ), A CHEFE DO SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, PAULA ALEXANDRA NEVES DO COUTO MARQUES (SECRETÁRIA) E O TÉCNICO SUPERIOR VLADIMIRO JOSÉ QUEIMADO ALVES E COMO MEMBROS SUPLENTES, O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO

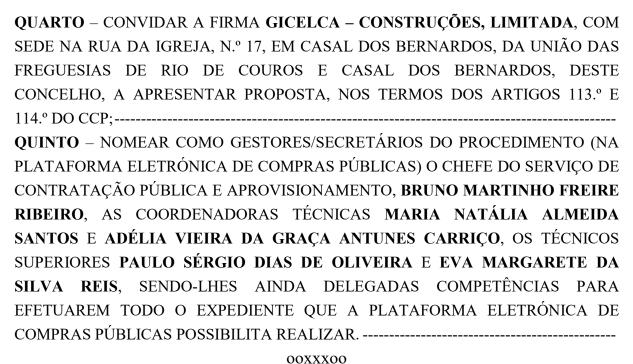


ooxxxoo

000

P176/2018 – ESTRUTURA DE CONTENÇÃO NA ER 356 DE RIO DE ---- Foi apresentada a informação n.º 487/18, de 15 de novembro findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar o Projeto, o Convite e o Caderno de Encargos, para a empreitada indicada em epígrafe, com o preço base de 15.571,52€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, de conformidade com o disposto na alínea d), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos. --------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada de 21 também de novembro findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando o adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, cuja despesa incide nos anos de 2018 (8.252,91€) e 2019 (8.252,90€). ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – APROVAR O PROJETO APRESENTADO; ------SEGUNDO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO ARTIGO 19.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);-----TERCEIRO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS

APRESENTADOS; ------



<u>P179/2018 – CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS MUNICIPAIS</u>

---- Foi apresentada a informação n.º 489/18, de 19 de novembro findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar o Convite e o Caderno de Encargos, para a contratação indicada em epígrafe, com o preço base de 6.720,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (pelo período de um ano) e a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – EMITIR PARECER PRÉVIO VINCULATIVO À CONTRATAÇÃO SUPRA MENCIONADA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 6, DO ARTIGO 61.º, DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018; ------SEGUNDO – AUTORIZAR A DESPESA E SUA CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);-----TERCEIRO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS: ------QUARTO – CONVIDAR O TÉCNICO DIOGO MIGUEL REIS LOPES AMARO, DA FIRMA M. LOPES & AMARO, LIMITADA, COM SEDE NA RUA SÃO JOÃO DE DEUS,



ooxxxoo

000

<u>P181/2018 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EMERGÊNCIA A EQUIPAMENTOS AVAC EM VÁRIOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS, DURANTE 12 MESES---</u>

---- Foram apresentados o Convite e o Caderno de Encargos para a aquisição de serviços indicada em epígrafe, com o preço base de 37.840,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de 12 meses, acompanhados com a informação n.º 490/18, de 16 de novembro findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a propor a escolha do procedimento de consulta prévia, de conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos. ------

---- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 19 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, prevendo-se o seu início em janeiro de 2019 e a salientar o adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em

Atraso. ------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------

CONTRATAÇÃO E ESCOLHER O PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA, NOS

TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP); ------TERCEIRO – APROVAR O CONVITE E O CADERNO DE ENCARGOS APRESENTADOS; ------QUARTO – SOLICITAR ÀS ENTIDADES A CONVIDAR, QUE APRESENTEM PROPOSTA, NOS TERMOS DO N.º 1, DO ARTIGO 112.º, DO CCP; ------QUINTO – NOMEAR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67.º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, COMO MEMBROS EFETIVOS DO JÚRI, A CHEFE DO SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS ANA MARGARIDA DOS SANTOS SEQUEIRA (QUE PRESIDIRÁ), O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO (SECRETÁRIO) E O TÉNICO SUPERIOR NELSON DINIS VIEIRA DE SOUSA E COMO MEMBROS SUPLENTES, OS TÉCNICOS SUPERIORES PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E EVA MARGARETE DA SILVA REIS; -----SEXTO – NOMEAR COMO GESTORES/SECRETÁRIOS DO PROCEDIMENTO (NA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS) O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO, BRUNO MARTINHO FREIRE RIBEIRO, AS COORDENADORAS TÉCNICAS MARIA NATÁLIA ALMEIDA SANTOS E ADÉLIA VIEIRA DA GRAÇA ANTUNES CARRIÇO, OS TÉCNICOS SUPERIORES PAULO SÉRGIO DIAS DE OLIVEIRA E EVA MARGARETE DA SILVA REIS, SENDO-LHES AINDA DELEGADAS COMPETÊNCIAS PARA EFETUAREM TODO O EXPEDIENTE QUE A PLATAFORMA ELETRÓNICA DE COMPRAS PÚBLICAS POSSIBILITA REALIZAR. ----ooxxxoo 000

Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar o Convite e o Caderno de Encargos, para o procedimento indicado em epígrafe, com o preço base de 19.700,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (pelo prazo de 150 dias) e a propor a escolha do procedimento de ajuste direto, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos.------

ARTIGO 20.º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP);-----



> 000 000

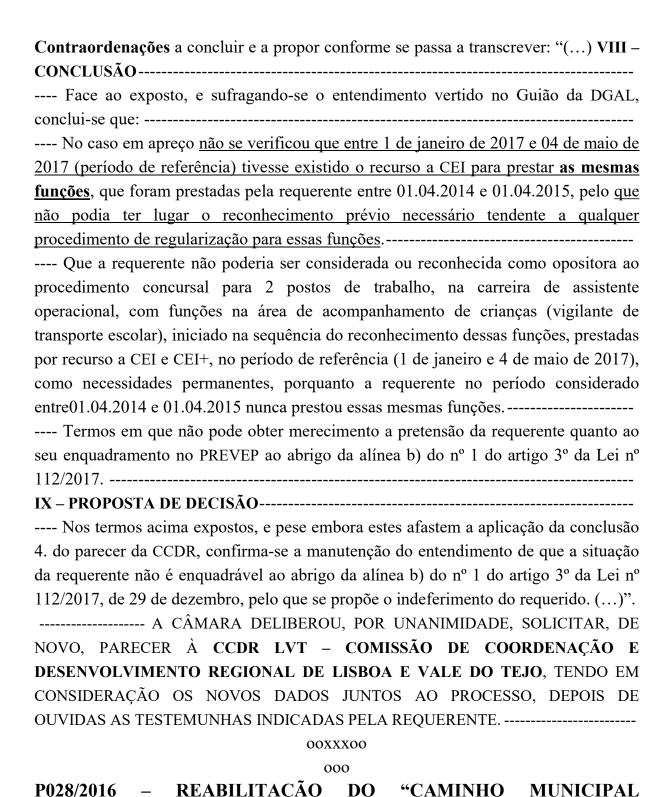
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS------

= LEI N.° 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO = ------

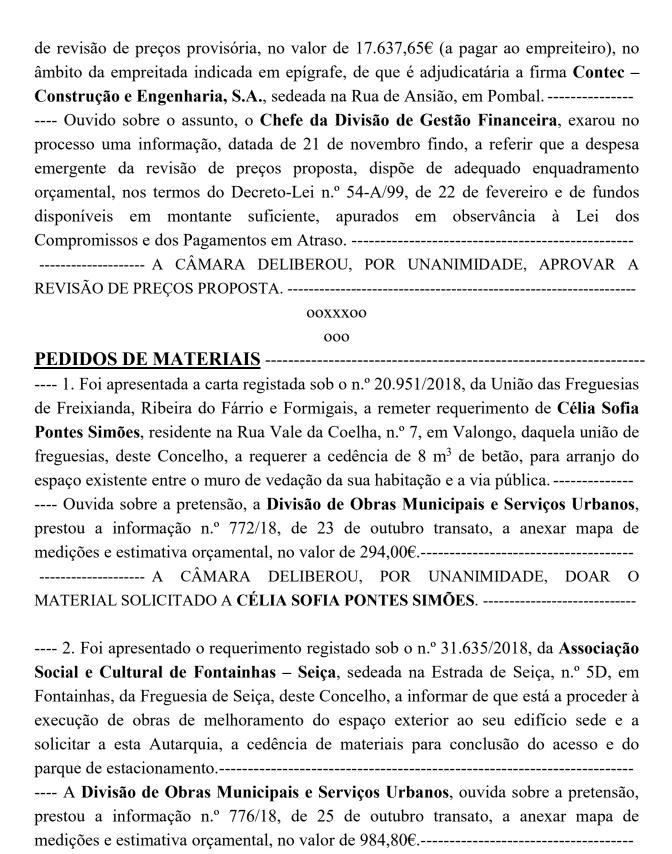
---- A requerente, ao tomar conhecimento do teor daquela deliberação, apresentou a exposição registada sob o n.º 27.780/2018, a prestar os esclarecimentos que considera pertinentes ao deferimento da sua pretensão. ------

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com informação n.º 8/18, de 13 do mês findo, do **Setor de Assessoria Jurídica, Contencioso e**

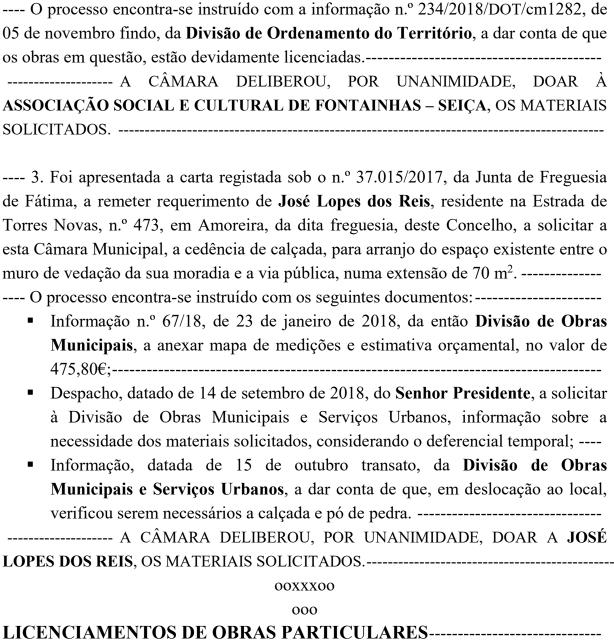






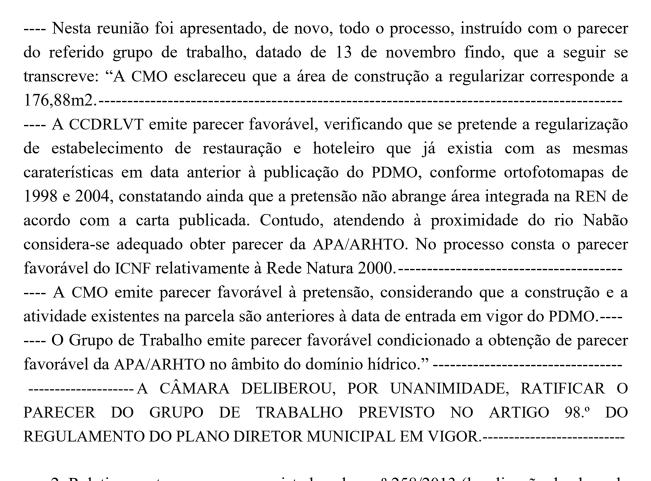






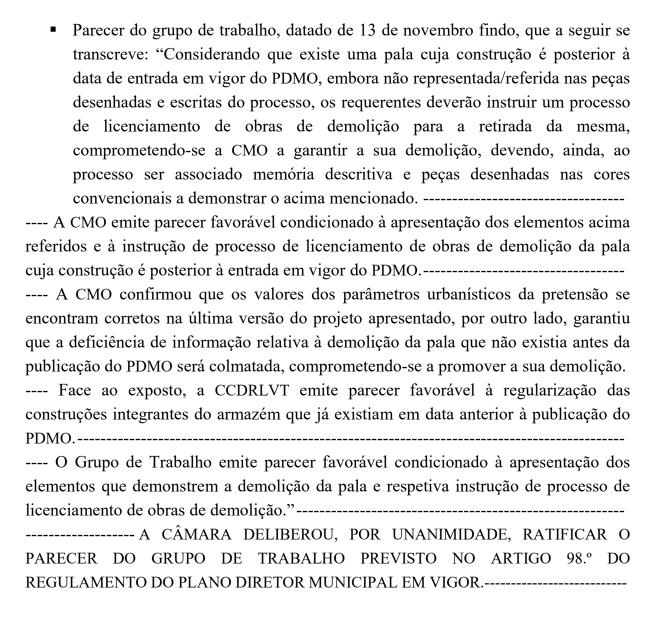
---- 1. Relativamente ao processo registado sob o n.º 240/2016, da firma **SOCIEDADE** HOTELEIRA DAS TERMAS DO AGROAL, Limitada, sedeada em Agroal, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho (pedido de licença para proceder à legalização das obras de alteração e ampliação, levadas a efeito no estabelecimento hoteleiro/restaurante, sito na referida morada), na reunião de 18 de junho último, a Câmara deliberou submeter o processo a apreciação do grupo de trabalho previsto no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Ourém em vigor. -----

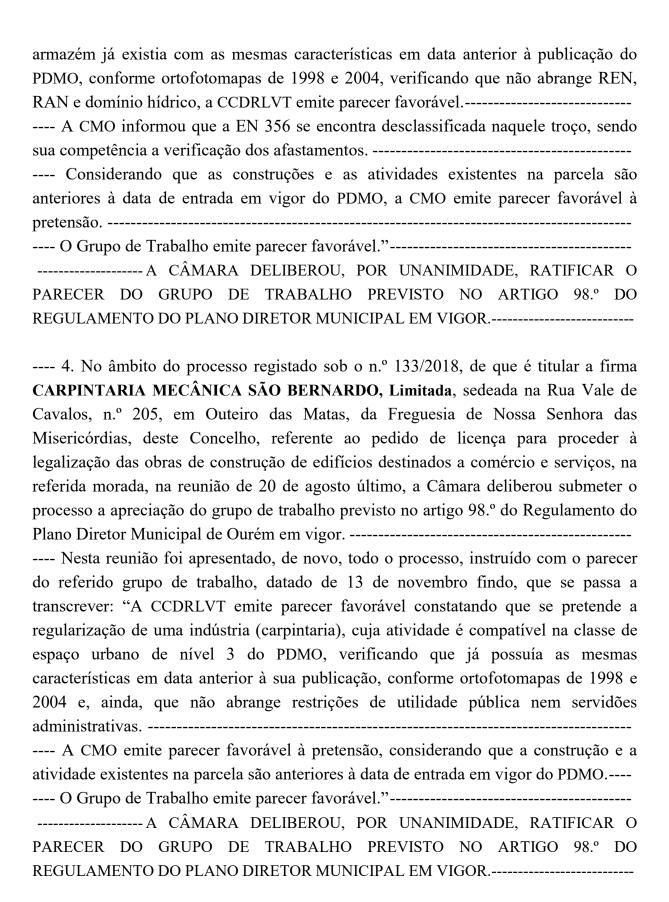




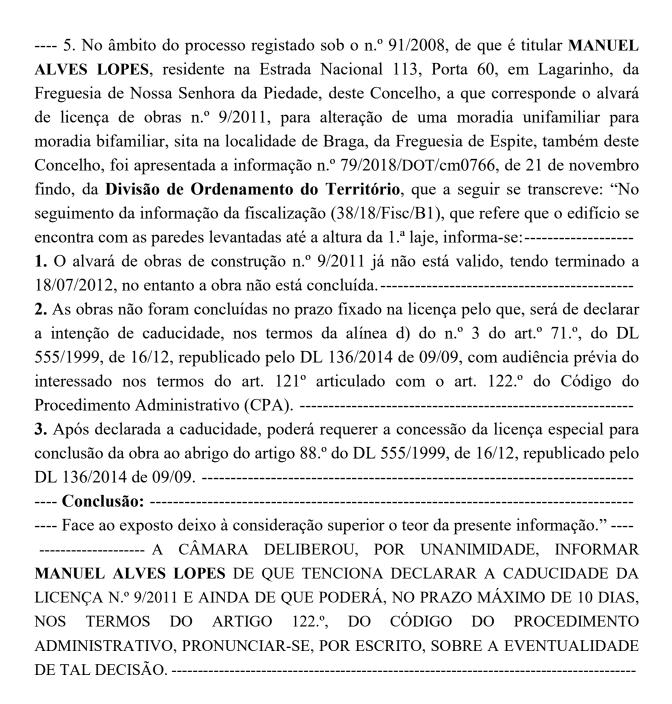
- - Informação n.º 199/2018/DOT/cm1151, de 11 de junho último, da **Divisão de**Ordenamento do Território; ------



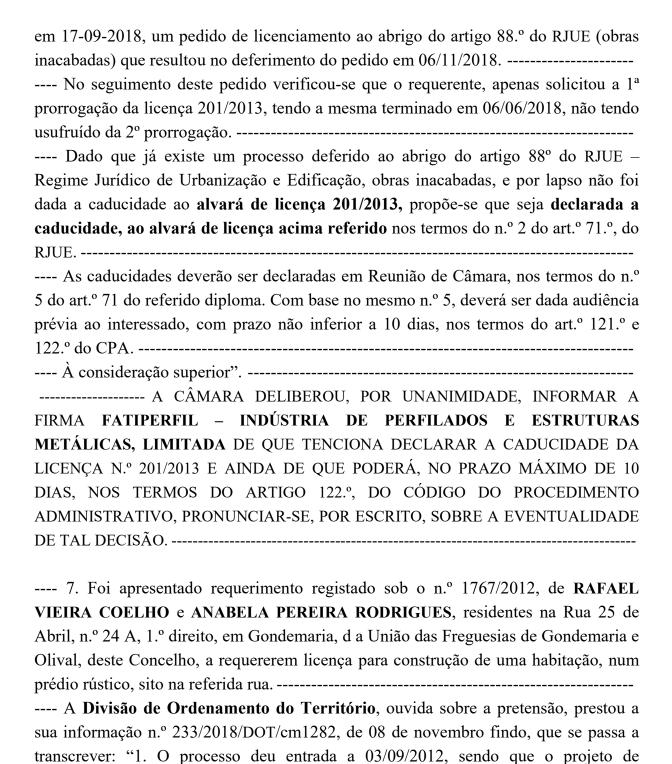








---- 6. No âmbito do processo registado sob o n.º 1723/2008, de que é titular a firma **FATIPERFIL** – **Indústria de Perfilados e Estruturas Metálicas, Limitada**, com sede na Rua dos Portais, no lugar de Eira da Pedra, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a que corresponde o alvará de licença de obras n.º 201/2013, referente à regularização e alteração de um pavilhão industrial, sito na referida morada, foi apresentada a informação n.º 151/2018/DOT/cm0320, de 09 de novembro findo, da **Divisão de Ordenamento do Território**, que se passa a transcrever: "O requerente, apresentou

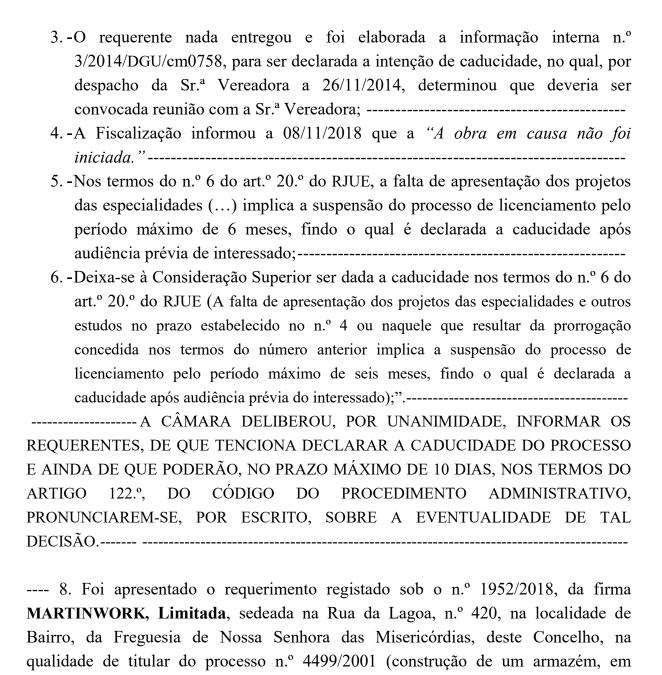


arquitetura foi aprovado a 31/05/2013; ------

2.-Na sequência da informação interna n.º 24/DGU/cm01706, foi informado o

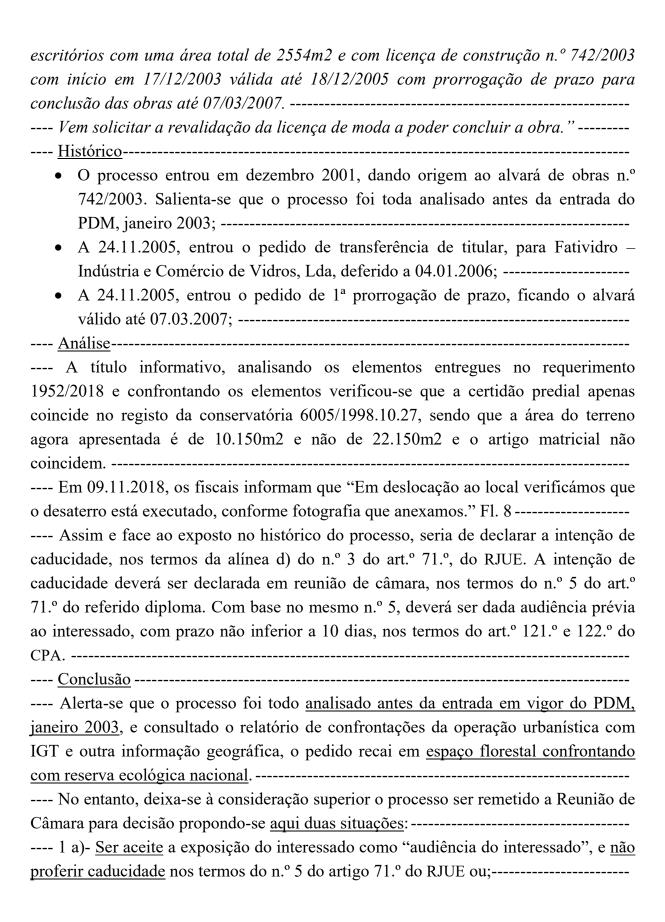
requerente a 03/03/2014 que o pedido de licenciamento se encontra em suspensão até **03/06/2014**, nos termos do art.º 6 do art.º 20 do RJUE. -----

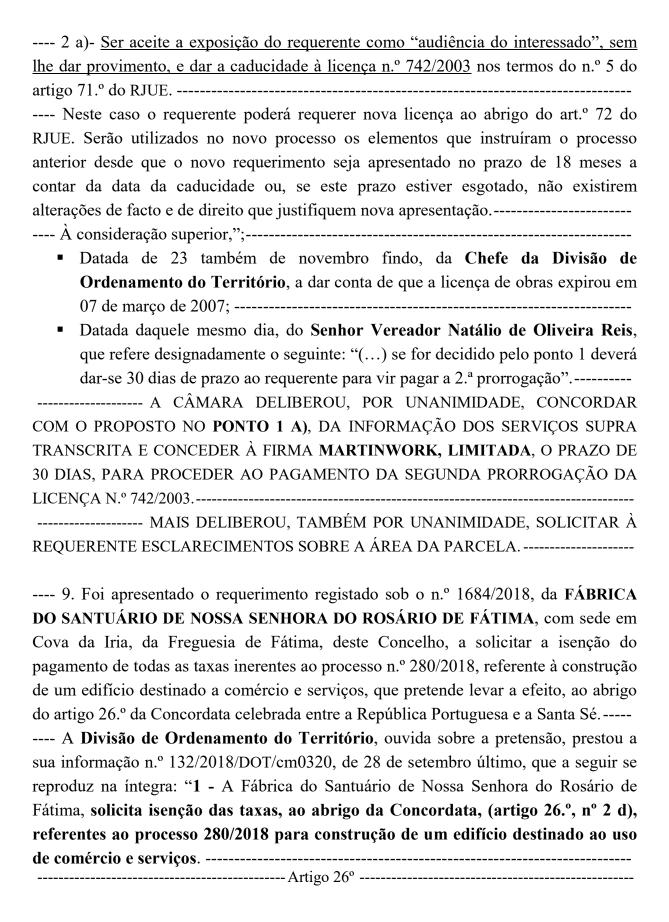




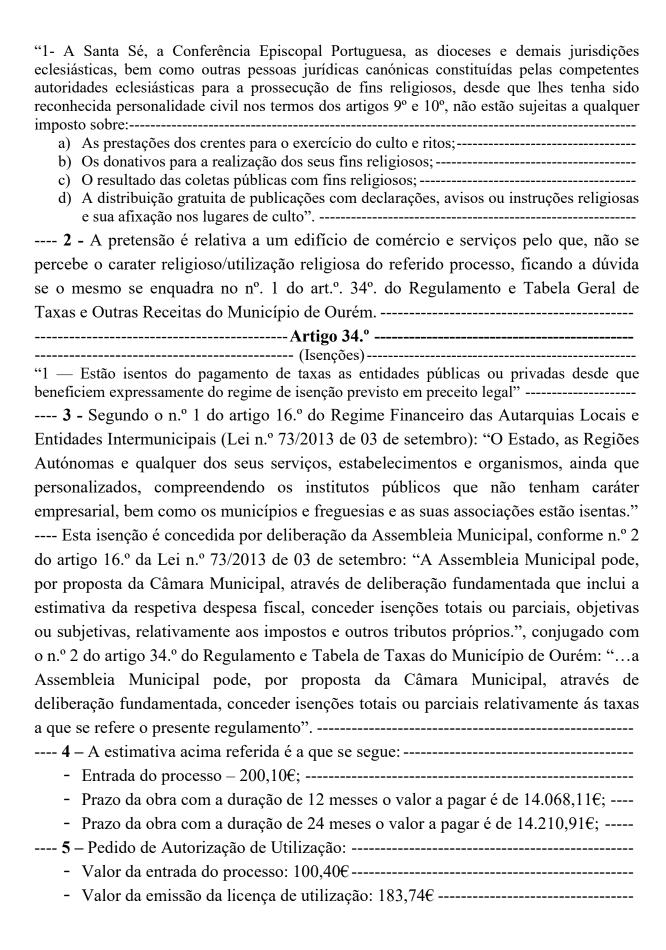
Boleiros, da Freguesia de Fátima, também deste Concelho), a que corresponde a

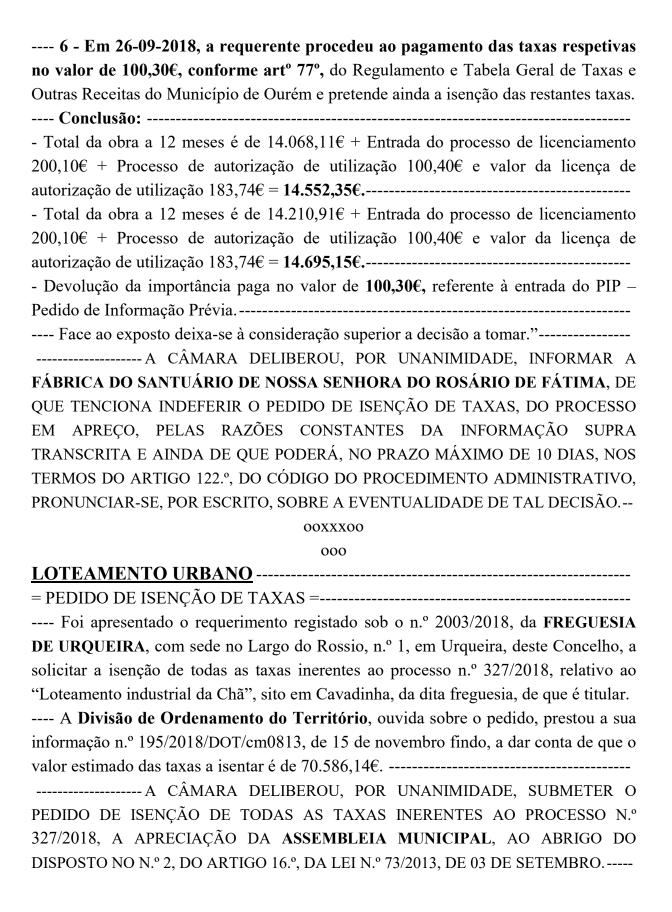
- ---- "Na qualidade de proprietária de uma parcela de terreno onde foi iniciada uma construção para um pavilhão destinado a armazém de máquinas agrícolas com dois







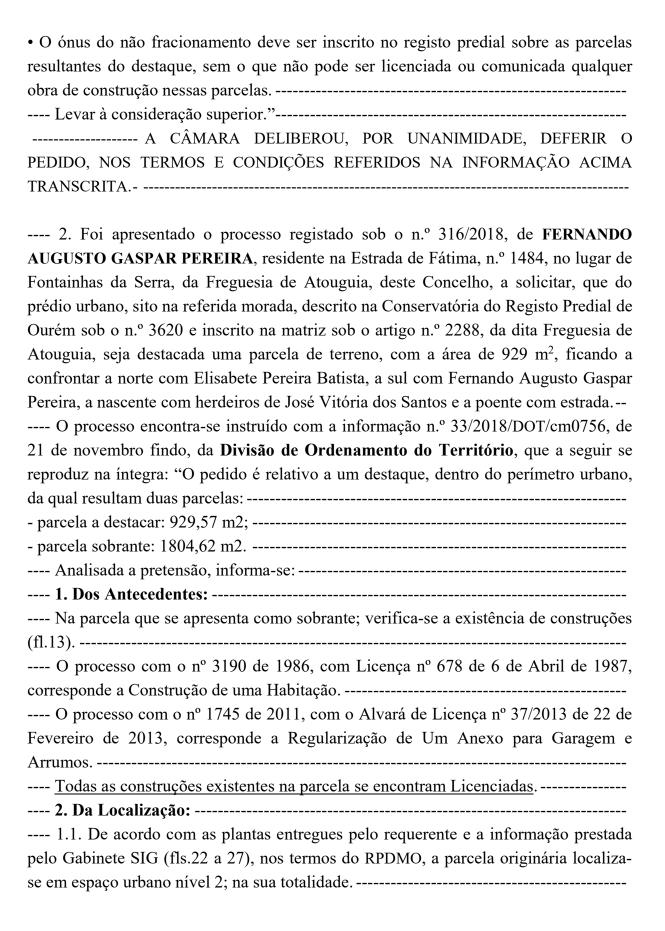




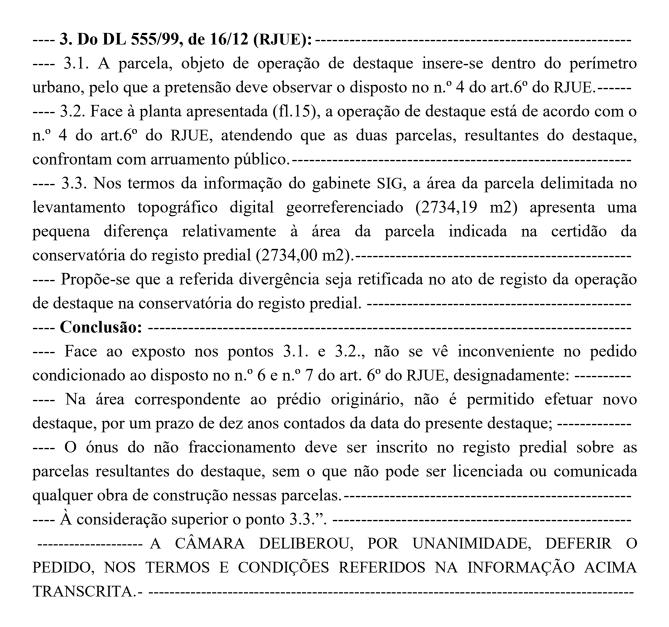


ooxxxoo

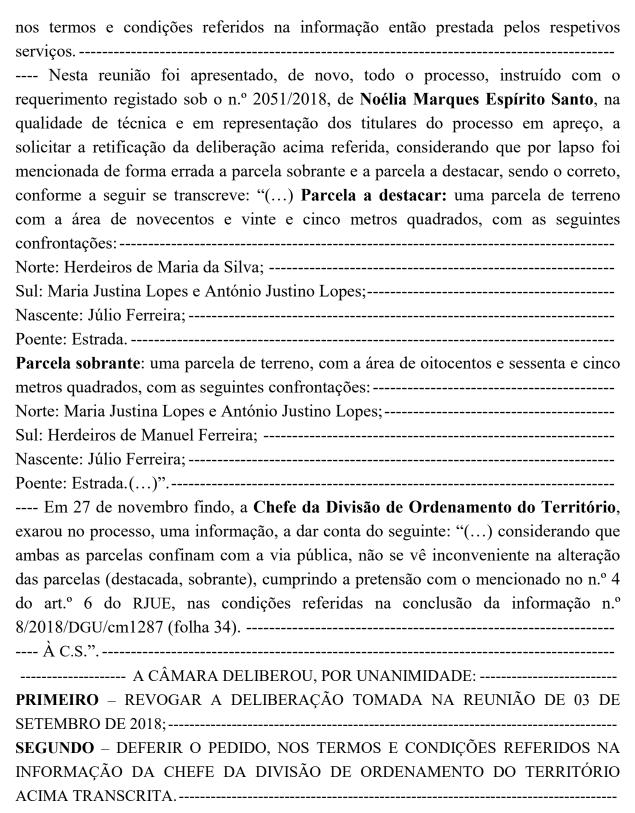
PEDIDOS DE DESTAQUE
1. Foi apresentado o processo registado sob o n.º 211/2018, de MADALENA
MARIA DE JESUS REIS, residente na Rua de São Mateus, n.º 24, na localidade de
Boleiros, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar, que do prédio urbano,
sito em Penedo do Corvo, na referida localidade, descrito na Conservatória do Registo
Predial de Ourém sob o n.º 3029 e inscrito na matriz sob o artigo n.º 4124 da dita
Freguesia de Fátima, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 1731 m ² ,
ficando a confrontar a norte com Manuel da Silva, a sul com António Joaquim do
Rosário, a nascente com caminho e a poente com Madalena Maria de Jesus Reis
O processo encontra-se instruído com a informação n.º 322/18/DOT/cm0674, de 19
de novembro findo, da Divisão de Ordenamento do Território, que a seguir se
reproduz na íntegra: "Em resposta ao despacho de 17/08/2018, proferido no
seguimento da anterior informação n.º 257/18/DOT/cm0674 (fls.29 e 30), a requerente
entrega certidão da conservatória do registo predial devidamente retificada, sanado o
teor do ponto 2.3 da anterior informação
Analisada a pretensão, informa-se:
1. Do pedido:
1.1 O pedido é relativo a um destaque, dentro e fora do perímetro urbano, da qual
resultam duas parcelas:
- parcela a destacar: 1731 m2;
- parcela sobrante: 1810 m2
2. Do DL 555/99, de 16/12 (RJUE):
2.1 Nos termos do n.º 10 do art.6º do RJUE, dado que a parcela a destacar se
insere maioritariamente dentro do perímetro urbano (espaço urbano segundo o
PDMO), a pretensão deve observar o disposto no n.º 4 do art.6º do RJUE
2.2 A operação de destaque está de acordo com o n.º 4 do art.6º do RJUE,
atendendo que as duas parcelas, resultantes do destaque, confrontam com
arruamento público
Conclusão:
Não se vê inconveniente no pedido, condicionado ao disposto no n.º 6 e n.º 7 do
art. 6° do RJUE, designadamente:
• Na área correspondente ao prédio originário, não é permitido efetuar novo destaque,
por um prazo de dez anos contados da data do presente destaque;





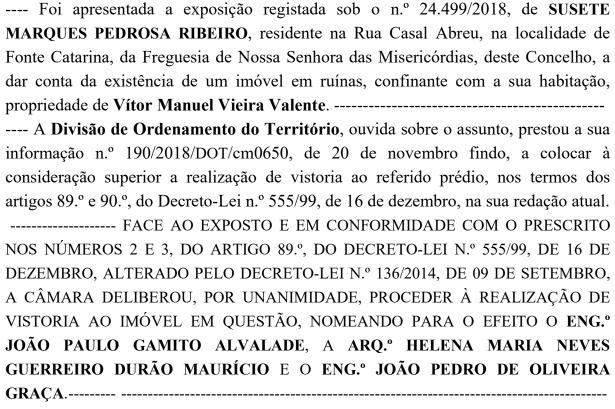


---- 3. Na presença do processo registado sob o n.º 232/2018, de que são titulares MARIA JUSTINA LOPES, residente na Rua de S. Miguel, no lugar de Balancho, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho e ANTÓNIO JUSTINO LOPES, residente em Parceiros – Leiria, a solicitarem, que do prédio, sito na Rua de S. Miguel, no lugar de Balancho, da dita Freguesia de Caxarias, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 681/19930825 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 8332, da referida Freguesia de Caxarias, fosse destacada uma parcela de terreno, com a área de 865 m², a confrontar a norte com Maria Justina Lopes e António Justino Lopes, a sul com Herdeiros de Manuel Ferreira, a nascente com Júlio Ferreira e a poente com estrada, na reunião de 03 de setembro de 2018, a Câmara deliberou deferir o pedido,





<u>BENEFICIAÇÃO/DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO – SEGURANÇA E</u> SALUBRIDADE PÚBLICAS-----



ooxxxoo

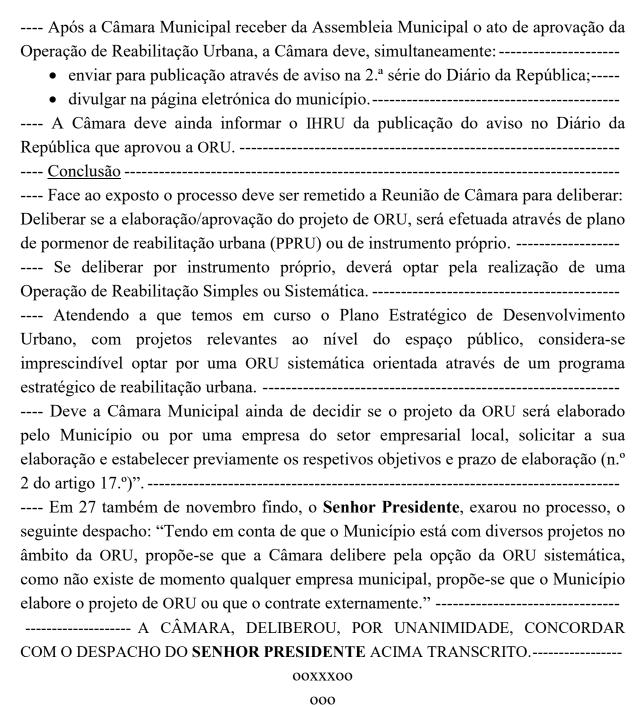
000

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU)-----



---- A aprovação e alteração de delimitações das Áreas de Reabilitação Urbana são da competência das Assembleias Municipais, sob proposta das Câmara Municipais conforme n.º 1 do artigo 13.º do RJRU.--------- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Ourém, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Ourém, sob proposta da Câmara Municipal de Ourém, em reunião ordinária de 23 de dezembro de 2015, tendo sido publicada em Diário da República, 2.ª série - N.º 71 de 12 de abril de 2016, sob o aviso n.º 4859/2016. --------- Em reunião ordinária de 15 de setembro de 2016, a Assembleia Municipal de Ourém, sob proposta da Câmara Municipal de Ourém, deliberou alterar a delimitação da 1.ª ARU, aprovando uma nova Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Ourém, tendo sido publicada em Diário da República, 2.ª série - N.º 237 de 13 de dezembro de 2016, edital n.º 1061/2016. --------- A aprovação da delimitação da ARU caduca, se, no prazo de 3 anos, não for aprovada a correspondente ORU, conforme artigo referido no 15.º do RJRU.---------- É assim urgente consolidar os instrumentos essenciais à implementação da estratégia municipal para a reabilitação urbana, através da concretização de uma ORU, através de instrumento próprio, conforme estabelecido pelo artigo 17.º do RJRU.-----Assim, e tendo em consideração o período de tempo decorrido sem desenvolvimentos, desde a aprovação da ARU em abril de 2016, sofrendo esta uma alteração em dezembro desse mesmo ano, foi solicitado pelo município à CCDR - LVT um parecer sobre a contagem de prazo para aprovação da ORU. Foi resposta da CCDR - LVT (documento anexo), que o prazo contará desde a última alteração, pelo que poderá e deverá o Município, até final deste ano, dar início ao procedimento de elaboração da ORU que irá concretizar a ARU existente. ---------- Como tal, e de acordo com o preâmbulo do RJRU, compete aos municípios desenvolverem as estratégias de reabilitação urbana "[...] uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna"; ---------- Procedimento: --------- Nesse enquadramento, e conforme determina o artigo 7.º do RJRU, a Reabilitação Urbana é promovida pelos municípios através da delimitação das áreas a intervir - as denominadas Áreas de Reabilitação Urbana, já aprovada em abril de 2016 e alterada em dezembro desse mesmo ano.-----

---- Assim a Câmara terá que deliberar se a elaboração/aprovação do projeto de ORU, será efetuada através de plano de pormenor de reabilitação urbana (PPRU) ou de instrumento próprio.--------- Se deliberar que a elaboração/aprovação da ORU será efetuada por via de PPRU, o processo de elaboração, acompanhamento e aprovação do Plano de Pormenor, será desenvolvido de acordo com a tramitação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (com as especificidades previstas na secção IV).--------- Se deliberar por instrumento próprio, deverá optar pela realização de uma Operação de Reabilitação Simples ou Sistemática. --------- Na Operação de Reabilitação Urbana Simples a intervenção é essencialmente dirigida à reabilitação do edificado, tendo como objetivo a reabilitação urbana de uma área, organizada de acordo com o disposto no artigo 30.º do RJRU.--------- Na Operação de Reabilitação Urbana Sistemática é acentuada a vertente integrada da intervenção, dirigindo-se à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, com os objetivos de requalificar e revitalizar o tecido urbano, organizada de acordo com o disposto no artigo 33.º do RJRU. --------- Atendendo a que temos em curso o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, com projetos relevantes ao nível do espaço público, considera-se imprescindível optar por uma ORU sistemática orientada através de um programa estratégico de reabilitação urbana. ---------- Assim, tem a Câmara Municipal de decidir apenas se o projeto da ORU será elaborado pelo Município ou por uma empresa do setor empresarial local, solicitar a sua elaboração e estabelecer previamente os respetivos objetivos e prazo de elaboração (n.° 2 do artigo 17.°) ---------- Após a aprovação do projeto de ORU pela Câmara Municipal, este deve ser a) remetido ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), por meios eletrónicos (aru@ihru.pt), para emissão, num prazo de 15 dias, de parecer não vinculativo (n.3 do artigo 17.º do RJRU); -----b) submetido a discussão publica, a promover nos termos do previsto no RJIGT para os planos de pormenor (n.º 4 do artigo 17 do RJRU). --------- Concluído o mencionado nas alíneas a) e b) atrás referido, deverá a Câmara Municipal proceder à ponderação dos resultados das eventuais alterações sugeridas quer no parecer do IHRU quer no processo de discussão pública, aprovar e enviar o projeto à Assembleia Municipal para aprovação da ORU. -----



ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM -----

---- A Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, prestou a sua informação n.º 61/2018/DOT/cm0579, datada de 27 de novembro findo, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "O Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação estabelece no seu artigo 76.º que compete à Câmara Municipal a definição da oportunidade de elaboração, bom como os termos de referência dos planos de urbanização a determinar

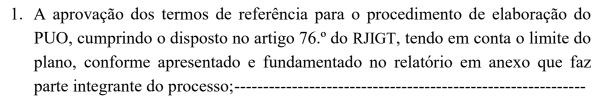


em deliberação a publicar em Diário da República, a divulgar na comunicação social e

na página da internet
Segundo o artigo 78.º do mesmo regime a qualificação dos planos de urbanização
como sujeitos a avaliação ambiental compete também à Câmara Municipal, devendo
ser publicada na mesma deliberação, sujeita depois a um período de participação
preventiva nunca inferior a 15 dias, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º
O relatório em anexo justifica os termos de referência para o procedimento de
elaboração do Plano de Urbanização de Ourém (PUO), permitindo este plano definir a
estrutura da cidade a uma escala de maior pormenor, que não é concretizada no Plano
Diretor Municipal, único instrumento que engloba a totalidade da área de intervenção
do PUO
É assim urgente criar condições por forma a intervir no ordenamento urbano,
permitindo uma melhor dinâmica urbanística, crescimento económico e social,
preservando ao mesmo tempo os valores ambientais e paisagísticos, numa ótica de
sustentabilidade, pela definição clara das regras de atuação no espaço em causa
O limite do plano definido na planta de ordenamento conforme números 1 e 2 do
artigo 90.º do Regulamento do Plano Diretor municipal, sofreu uma ligeira alteração,
enquadrável no n.º 2 do artigo 94.º do mesmo regulamento e justificável devido à
atualização do limite do plano em alguns espaços da cidade, em consonância com o
previsto no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, em curso. Essa alteração
resultou da necessidade de um olhar integrador, de forma a ser planeada a cidade
tornando-a mais racional face ao povoamento existente
Seguem os termos de referência para a proposta do Plano de Urbanização de
Ourém, sendo eles:
1. Afirmar a cidade no sistema urbano municipal enquanto sede administrativa e
supramunicipal;
2. Ordenar a cidade, tendo em linha de conta a articulação com o edificado
envolvente o respeito pela paisagem e capacidade de carga do território;
3. Elaborar programa para as áreas comerciais;
4. Identificar os usos incompatíveis entre si e com as categorias do espaço, por
forma a estabelecer condicionamentos e medidas adequadas à eliminação das
incompatibilidades;
5. Dinamizar a estrutura económica, promovendo a revitalização das atividades,
entre elas as tradicionais e a diversificação da base produtiva, gerando
investimentos e riqueza num dinamismo e o desenvolvimento sustentável;

6. Identificar os valores culturais e naturais a proteger; criando condições para a promoção e utilização turística;
7. Avaliar os elementos e conjuntos edificados com interesse patrimonial, a fim de propor regulamentação específica para obras de alteração, ampliação específica para de alteração específica para de alteraçõo esp
conservação;
8. Aumentar e qualificar a oferta de equipamentos de utilização coletiva e de
espaços públicos de estadia, recreio e lazer, sobretudo nas zonas de expansão
urbana e ao longo da Ribeira de Seiça;
9. Promover a reabilitação de edifícios e de espaços públicos, sobretudo no centro
histórico e na área da antiga Vila de Ourém;
10. Promover a oferta de espaços vocacionados para a instalação de atividades de apoio às empresas;
11. Fomentar a localização de atividades comerciais de apoio à população e às
empresas;
12. Elaborar programa de equipamentos coletivos, tendo em consideração as
orientações e critérios fornecido pelos Serviços da Câmara Municipal e os
determinados pelo PDM;
13. Elaborar proposta de organização da circulação e estacionamento assegurando
maiores e melhores acessibilidades internas e externas especialmente ao IC9
Do procedimento de avaliação ambiental estratégica
Transcreve-se o já referido na informação técnica n.º 03/15/DPOT/OV126, que se
considera, apesar de decorridos três anos, se mantém válida:
"Relativamente à qualificação do procedimento de elaboração do PUO em termos
de avaliação ambiental mantém-se a pertinência da decisão tomada na reunião de
Câmara Municipal de 24 de março de 2008, que deliberou qualificar como sujeito a
avaliação ambiental estratégica
Entende-se também que, não tendo ocorrido alterações significativas nos objetivos
estratégicos do procedimento de planeamento (Questões Estratégicas), mantendo-se os
Fatores Ambientais, não existindo evoluções em termos de Quadro de Referencia
Estratégico que colidam com a definição de âmbito estabelecida, se mantêm a
oportunidade da deliberação de Câmara Municipal de dia 15 de dezembro de 2008
que aprovou a Definição de Âmbito e Alcance da Avaliação Ambiental"
<u>Conclusão:</u>
Face ao exposto na presente informação assim como no relatório em anexo
propõe-se remeter a presente informação a reunião de Câmara para deliberação:





------ A CÂMARA, DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------**PRIMEIRO** – APROVAR OS TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM, CUMPRINDO O DISPOSTO NO ARTIGO 76.º, DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (RJIGT), TENDO EM CONTA O LIMITE DO PLANO, CONFORME APRESENTADO E FUNDAMENTADO NO RELATÓRIO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO;------SEGUNDO – QUALIFICAR O PROCEDIMENTO COMO SUJEITO A AVALIAÇÃO AMBIENTAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 78.º, DO RJIGT, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO REGIME DE AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DE DETERMINADOS PLANOS E PROGRAMAS NO AMBIENTE, NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 58/2011, DE 04 DE MAIO, CONCORDANDO AINDA COM A DEFINIÇÃO DE ÂMBITO E ALCANCE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL DEFINIDA E APROVADA, OU, CONSIDERANDO O PRAZO DECORRIDO, SUJEITAR O PLANO A NOVA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA;-----TERCEIRO – ESTABELECER O PRAZO DE 15 DIAS, PARA A FORMULAÇÃO DE SUGESTÕES E PARA A APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE QUAISQUER QUESTÕES QUE POSSAM SER CONSIDERADAS NO ÂMBITO DO RESPETIVO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO, RESPEITADO O N.º 2, DO ARTIGO

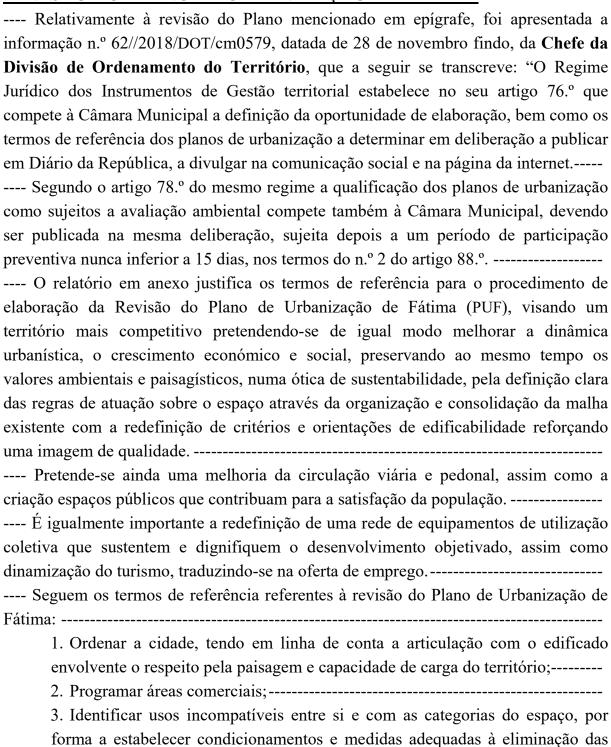
88.°. DO RJIGT. ------



ooxxxoo

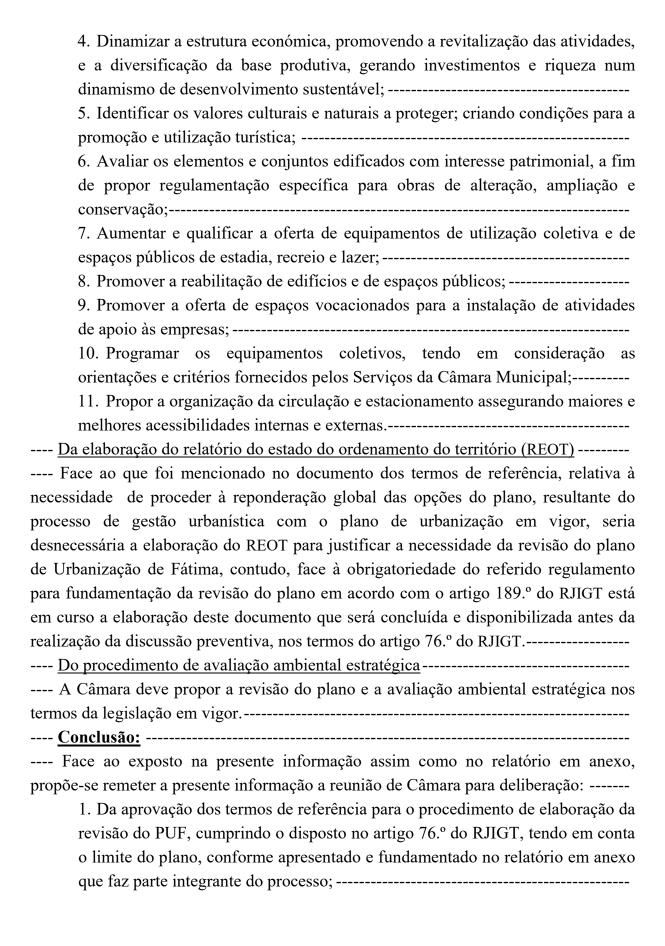
000

REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA -----

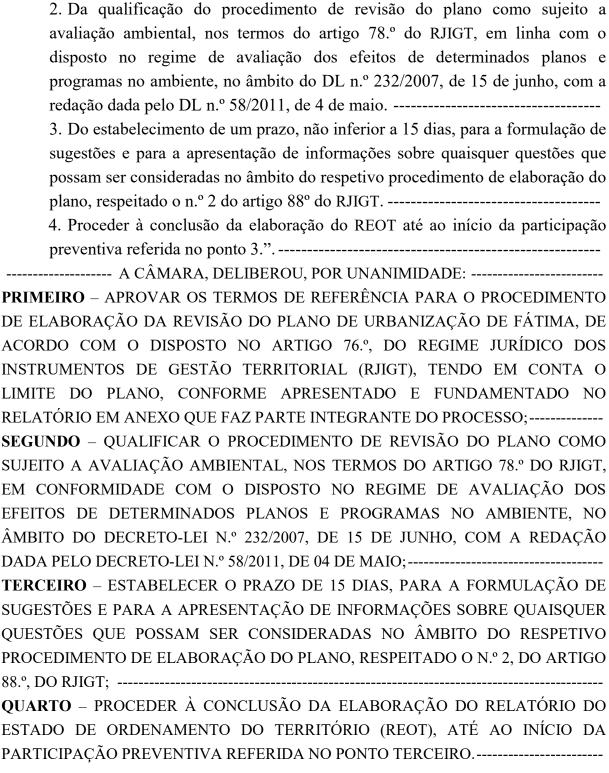


incompatibilidades;-----





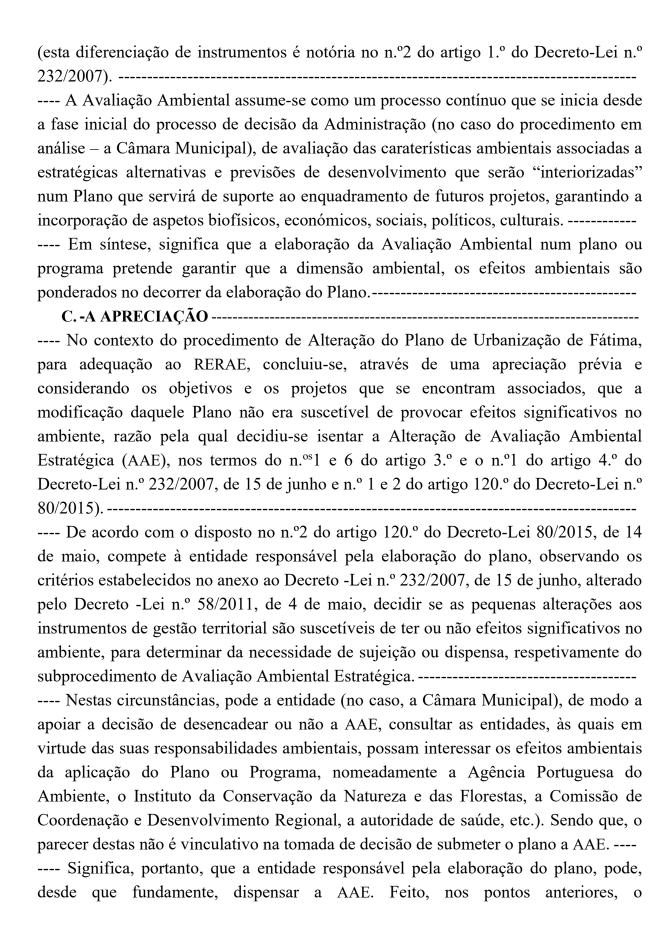


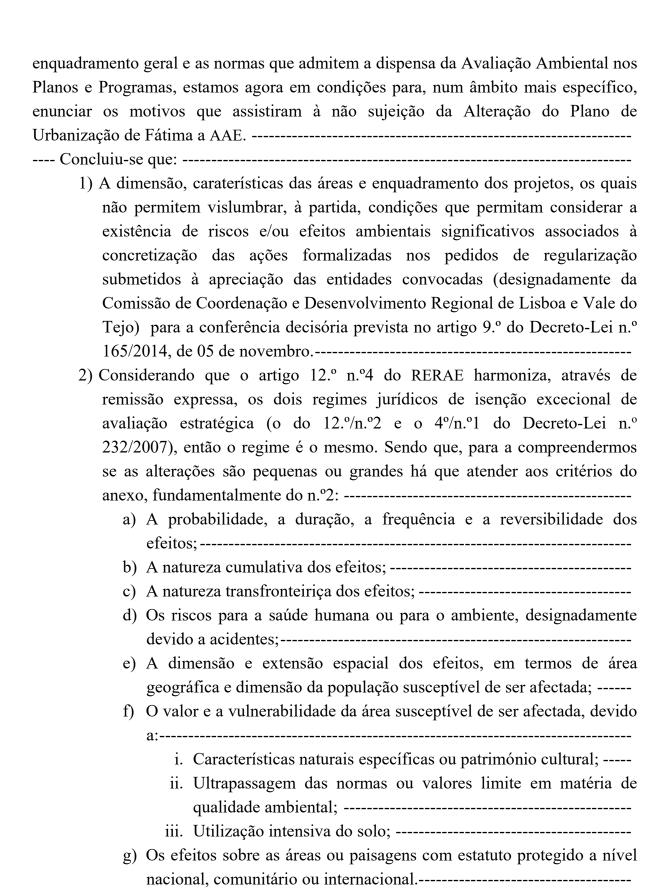


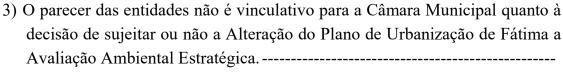


EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DAS REGIME ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) -----= ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO = --------- Na reunião de 05 de novembro findo, aquando da discussão do processo acima mencionado, os Senhores Vereadores Cília Maria de Jesus Seixo, José Augusto Dias dos Reis e Estela Augusta Rito Ribeiro, apresentaram declaração, a solicitarem esclarecimentos quanto ao ponto dois daquela deliberação. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 020/18/DOT/671, de 22 de novembro findo, da Divisão de Ordenamento do Território, que se passa a transcrever: "A. O ASSUNTO---------- Os Senhores Vereadores do Partido Socialista, com a legitimidade que lhes é conferida, por via do disposto na Lei n.º 24/98, de 26 de maio pretendem ser esclarecidos acerca da dispensa de avaliação ambiental estratégica da Alteração ao Plano de Urbanização de Fátima, para adequação ao Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) submetida a decisão na reunião do executivo municipal, realizada no passado dia 05 de novembro de 2018. ------B.-ENQUADRAMENTO GERAL: a Avaliação Ambiental nos Planos e Programas --------- A aprovação do regime jurídico da Avaliação Ambiental de planos e programas, através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, transpôs para a ordem jurídica interna, as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio. ---------- Como é expresso no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 232/2007, desde cedo a experiência nacional e a de outros ordenamentos jurídicos próximos do nosso, compreendeu que a Avaliação de Impacte Ambiental (doravante designada por AIA) de projetos "revelou que essa avaliação tem lugar num momento em que as possibilidades de tomar diferentes opções e de apostar em diferentes alternativas de desenvolvimento são muito restritas. De facto, não é raro verificar que a decisão acerca das características de um determinado projecto se encontra já previamente condicionada por planos ou programas nos quais o projecto se enquadra, esvaziando de utilidade e alcance a própria avaliação de impacte ambiental a realizar." --------- A Avaliação Ambiental de planos e programas tem um objetivo diferente da AIA de projetos, na medida em que assume uma abordagem estratégica, de ponderação de opções estruturantes, enquanto que esta tem uma função de avaliação dos projetos







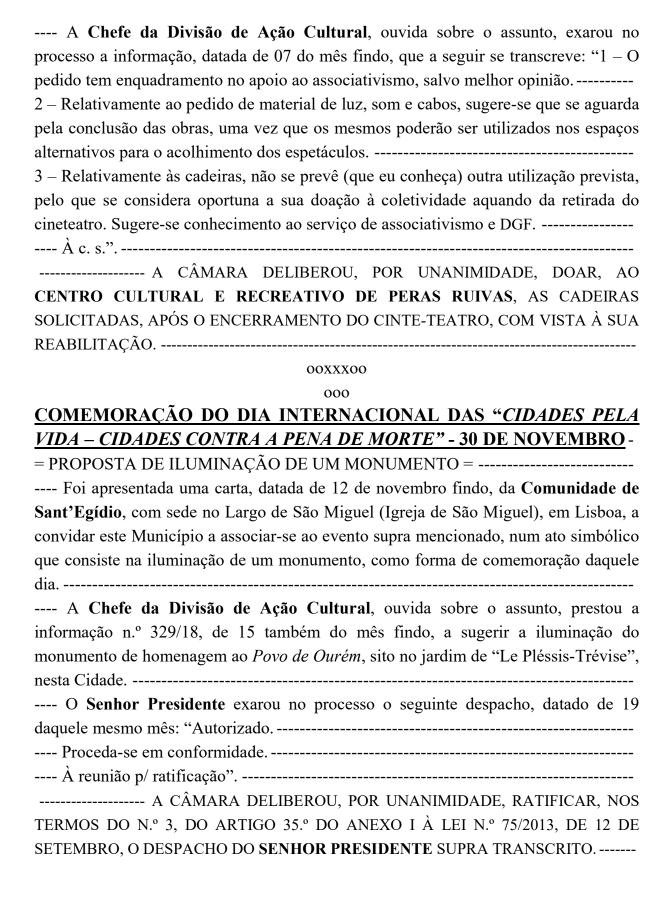


- 5) Estando em causa atividades económicas, que mereceram uma ponderação e subsequente concordância das entidades participantes na conferência decisória (cujo objetivo do legislador, acreditamos nós, foi desenvolver uma abordagem holística procurando harmonizar ou compatibilizar os diferentes interesses em presença), não é compreensível submeter a ponderação das opções vertidas no Plano (designadamente, alternativas de localização de atividades económicas existentes), podendo, e devendo antes, ser executadas as ações/orientações emanadas pelas entidades (Cf. pareceres que acompanham a ata da conferência decisória) nas matérias relacionadas com a saúde do homem, promoção e salvaguarda de valores ambientais.------

000

---- Foi apresentada uma carta, datada de 22 de outubro último, do **Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas**, com sede na Rua Domingos Dias, em Peras Ruivas, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, a manifestar interesse no material técnico que vier a ser retirado do Cine-teatro Municipal, aquando das obras de reabilitação a levar a efeito naquele espaço e a solicitar a cedência de 70 cadeiras, da cortina do palco e dos

panos pretos que o envolvem.-----





ooxxxoo

PROJETO ARTERIA
= RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERMÉDIA =
Sobre o assunto supra mencionado, a Chefe da Divisão Ação Cultural, prestou a
informação n.º 331/18, de 15 de novembro findo, que na presente reunião foi apreciada
e que a seguir se reproduz na íntegra: "O Município de Ourém integra o projeto
"ARTÉRIA" como entidade co-beneficiária, no âmbito do protocolo com o Teatrão, em
parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, através de
CENTRO 2020 - Prioridade de investimento: Conservação, promoção e
Desenvolvimento do Património de Ourém
Em 2018:
- Espetáculo residente "VAGAR": O Município de Ourém coproduziu a criação
artística "Vagar" da autoria da coreógrafa Marina Nabais, com realização de três
espetáculos nos dias 3, 4 e 5 de agosto no castelo de Ourém. O espetáculo envolveu a
participação de 6 oureenses. Nos meses de setembro e outubro foi exibido nos
concelhos de Tábua, Coimbra e Viseu. Em anexo, consta o relatório final elaborado
pela estrutura de criação "Marina Nabais Dança, Associação Cultural"
- No dia no dia 15 de julho, o Município acolheu o espetáculo "Sofia meu Amor", uma
coprodução do Município de Coimbra, na Vila Medieval de Ourém. No dia 8 de
setembro acolheu o espetáculo "Saal", uma coprodução do Município de Figueira da
Foz, no auditório cultural dos paços do Concelho
- No passado dia 6 de novembro, decorreu reunião de avaliação intermédia entre a
CCDR Centro, o Teatrão, o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de
Coimbra e os Municípios co beneficiários (Coimbra, Guarda, Ourém, Belmonte,
Figueira da Foz, Fundão, Viseu, Tábua). Foi apresentado o relatório de avaliação
intermédio, da responsabilidade do Teatrão e do CES, com base em inquéritos,
entrevistas aos parceiros e em outras fontes de pesquisa
De realçar algumas conclusões preliminares apresentadas na sessão sobre a
participação do Município de Ourém:
1. Inquérito aos públicos do projeto Artéria:
- Os públicos de Ourém foram os que registaram uma maior % de conhecimento do
espetáculo via email (envio pelo Gabinete da Presidência e Museu Municipal)
- Motivações para participar no espetáculo: Os públicos de Ourém privilegiaram os
espetáculos de rua, seguido do interesse suscitado por o espetáculo decorrer naquele
espaço

- Conhecimento do projeto Artéria: Os públicos de Ourém, a par dos de Coimbra,
foram os que revelaram melhor conhecimento sobre o projeto
2. Avaliação qualitativa sobre o impacto do Artéria:
a) Perspetiva dos Participantes - a destacar:
- Importância da descentralização do Artéria; construção direta do processo de criação
entre Amadores e Profissionais
b) Perspetiva da Vereação - a destacar:
- Partilhar e aproximar a cultura, diversificando ofertas – Artéria transformador e
educador de públicos;
- Afluência e recetividade de público;
- Dar a conhecer património e identidade dos municípios;
- Articulação conjunta entre academia, agentes culturais e comunidade
c) Perspetiva criadores- a destacar:
- Trabalho conjunto entre profissionais e amadores, + acompanhamento que deve ter
consequências locais e para o Artéria
3. Avaliação intermédia — Sessão de Trabalho
Ourém - Fragilidades a destacar:
- Criação: Seleção da entidade criadora; relação com o património e identidade não foi
trabalhada na criaçãotrabalhada na criação
- Comunidade: As aspirações da comunidade e do município relativamente ac
universo a explorar foram ignoradas;
- Produção: Pressão da entidade criadora nas questões contratuais
- Comunicação: Materiais atrasados
Ganhos a destacar:
- Criação: dar novos estímulos culturais às pessoas
- Comunidade: Processo marcante para os participantes
- Produção: Disponibilidade e acompanhamento demonstrado pelo Município
- Comunicação: Mobilização do Município para a divulgação
Proposta para 2019 (2.ª e última temporada do Artéria)
Prevê-se que o Município de Ourém acolha o espetáculo que será coproduzido
pelo Município de Tábua, agendado para os dias 3 e 4 de agosto (local a definir)."
A CÂMARA FICOU INTEIRADA



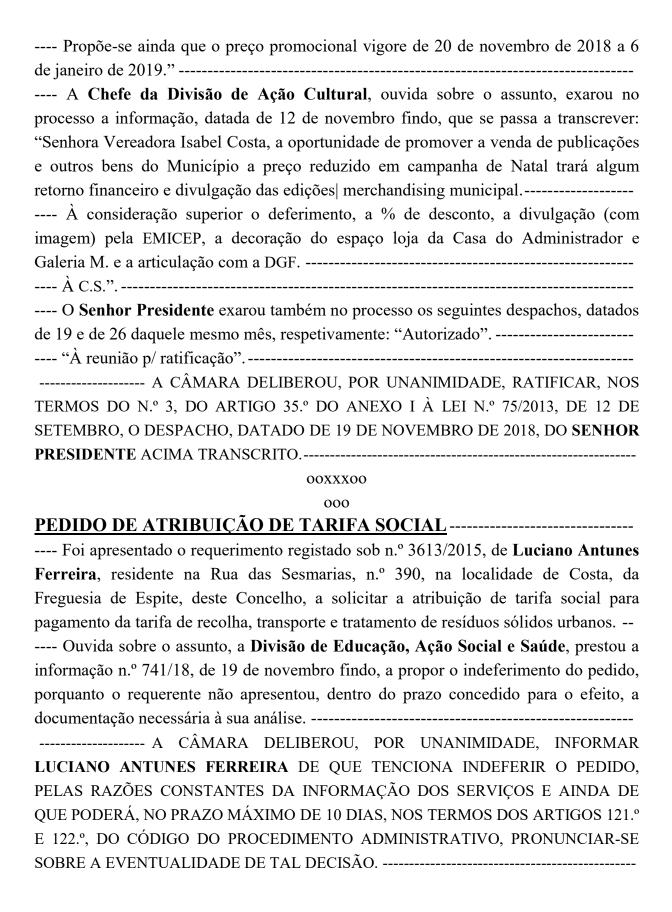
LOJA DO MUSEU MUNICIPAL DE OURÉM -----

= VENDA DE NATAL = -----

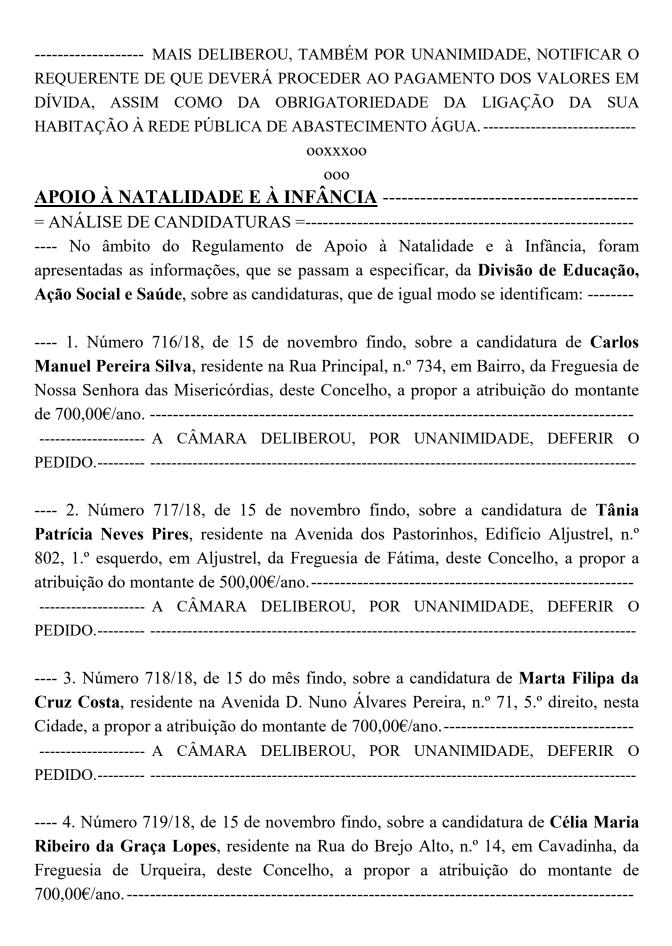
Artigo	Preço
LIVRO "Actas Congresso Histórico D. Afonso"	10,00€
LIVRO "A Implantação República em V N	12,00€
Ourém"	
LIVRO "A Inquisição em Ourém"	12,00€
LIVRO "Carta Arqueológica de Ourém"	15,00 €
LIVRO "Contos da Biodiversidade"	8,00€
LIVRO "D. Afonso, IV Conde de Ourém"	5,00€
LIVRO "Diário Jornada C. Ourém a Basileia"	8,00€
LIVRO "Descrição da Vila de Ourém"	6,00€
LIVRO "Evolução Abastec. Água Conc. Ourém"	10,00€
LIVRO "Fátima como nasceu e cresceu"	7,50 €
LIVRO "Forais de Ourém" (capa "dura")	35,00€
LIVRO "Forais de Ourém" (capa "mole")	25,00€
LIVRO "Francisco Vieira Figueiredo-Um	5,00€
Oureense"	
LIVRO "História de Ourém em BD"	7,50 €
LIVRO "Jornadas F. Social do Museu"	5,00€
LIVRO "Martim Anes Bocifal"	6,00€
LIVRO "Manual Prático Vinho de Ourém"	7,50 €
LIVRO "Ourém XXI"	15,00 €
LIVRO "Ourém 3 contributos para a sua história"	7,50 €
LIVRO "Ourém breve notícia histórica"	9,30€
LIVRO "Ourém do castelo à cidade"	5,00€
LIVRO "Ourém na história e nas letras"	2,00€
LIVRO "O que Há Está na Mesa"	4,50 €
LIVRO "Ourém na Viragem do Milénio"	33,90 €
LIVRO "Rot.Pat.Mun.Vol.1 - No Coração	5,00€
Portugal"	
LIVRO "Rot.Pat.Mun.Vol.4 - Os 4 Elementos"	5,00€
LIVRO "Roteiro Turístico de Ourém"	5,00€
LIVRO "Tourist Guide"	5,00€

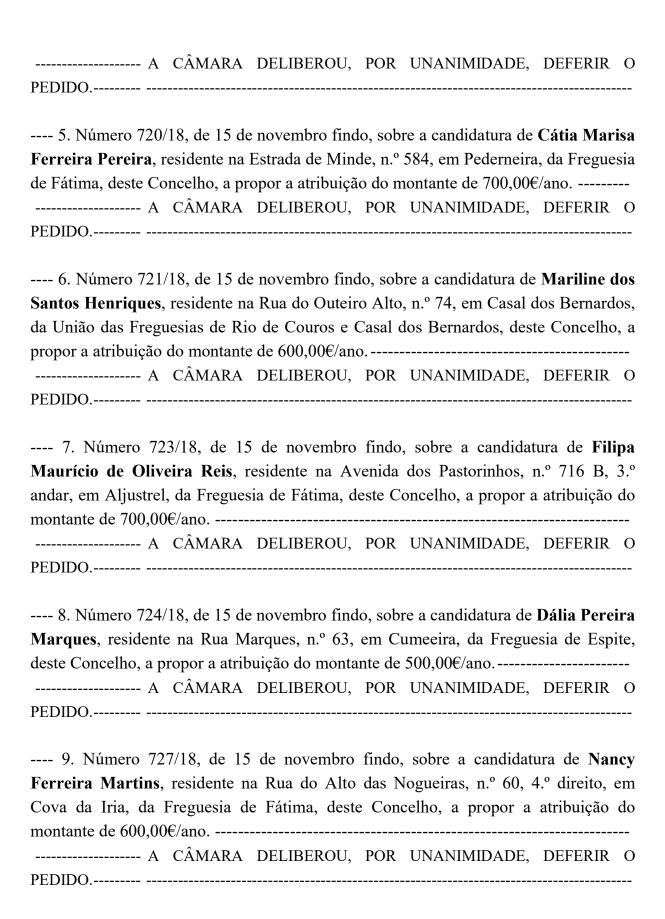


LIVRO "Serras de Aire e Candeeiros"	5,00 €
Brasão Câmara BORDADO em tecido 6,3x7,5cm	3,00 €
Brasão Câmara ESTAMPADO em tecido	
6,3x7,5cm	
DVD "Andarilho em cores de beija-flor"	12,00 €
DVD "Mother vine - A Mátria do Vinho"	15,00 €
Estojo para medalha 80mm	6,50 €
Estojo para medalha 90mm	7,50 €
Galhardete com Brasão de Ourém 13x20cm	5,00 €
Gravura "Vista de Ourém pelo Lado Norte"	10,00 €
Guião com Brasão de Ourém 10x10cm	6,50 €
Medalha Ourém - 10 anos elevação a cidade	13,00 €
Medalha Comemor. Beatificação Pastorinhos	13,00 €
Medalha Ourém - elevação a cidade Ø 90mm	13,00 €
Medalha Ourém - 800 anos do foral	13,00 €
Medalha Ourém - pelourinho (lei 35/89)	13,00 €
Esferográfica MMO Branca	1,50 €
Esferográfica MMO Preta	1,50 €
Caixa Redonda 6 Lápis cor e Afiadeira	2,00 €
Iman MMO	2,50 €
Iman Pastorinhos	2,50 €
Panamá MMO Branco	4,50 €
Panamá MMO Vermelho	4,50 €
T-shirt Criança MMO branca 10	6,50 €
T-shirt Criança MMO vermelho 10	6,50 €
T-shirt Criança MMO branca 4	6,50 €
T-shirt Criança MMO vermelho 4	6,50 €
T-shirt Criança MMO branca 6	6,50 €
T-shirt Criança MMO vermelho 6	6,50 €
T-shirt Adulto MMO L preta	7,50 €
T-shirt Adulto MMO L vermelha	7,50 €
T-shirt Adulto MMO M branca	7,50 €
T-shirt Adulto MMO M preta	7,50 €
T-shirt Adulto MMO M vermelha	7,50 €
T-shirt Criança MMO verde 4 anos	6,50 €
T-shirt Criança MMO verde 6 anos	6,50 €
T-shirt Criança MMO verde 10 anos	6,50 €
Pin de Ourém - Brasão	1,55 €
Porta-chaves com medalha do foral	5,30 €
Conjunto 23 postais património de Ourém	5,75 €
Conjunto de 6 postais desenhados Património de	1,50 €
Ourém	1,50 €
Conjunto de 8 postais do Património de Ourém	3,00 €
(imagens atuais)	3,00 €
Conjunto de 4 digigravuras de Américo Frias	8,00 €

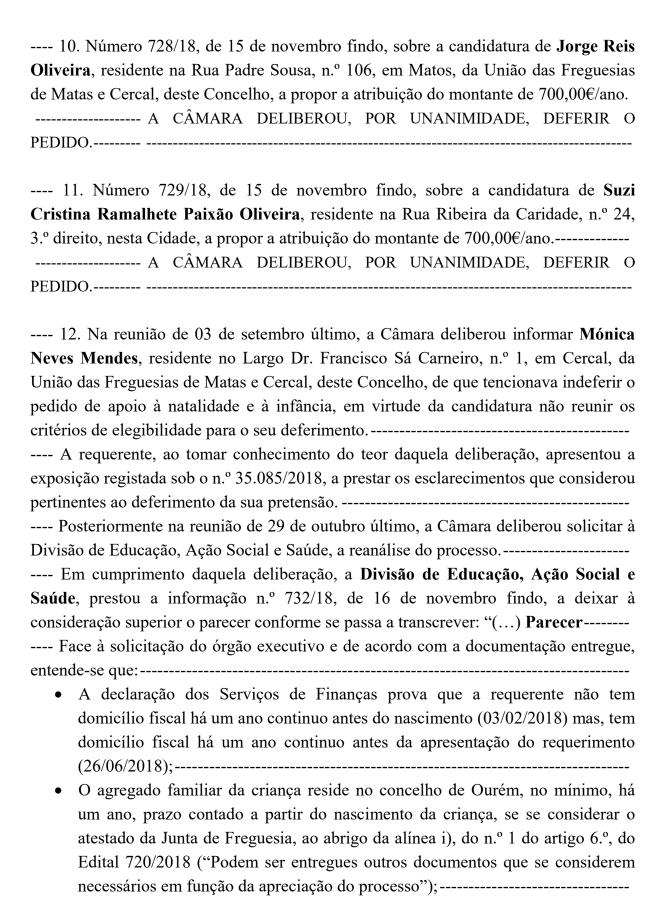




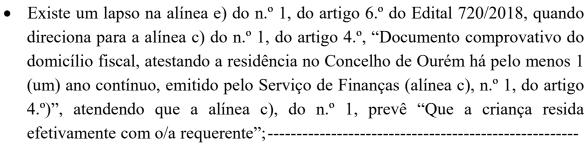






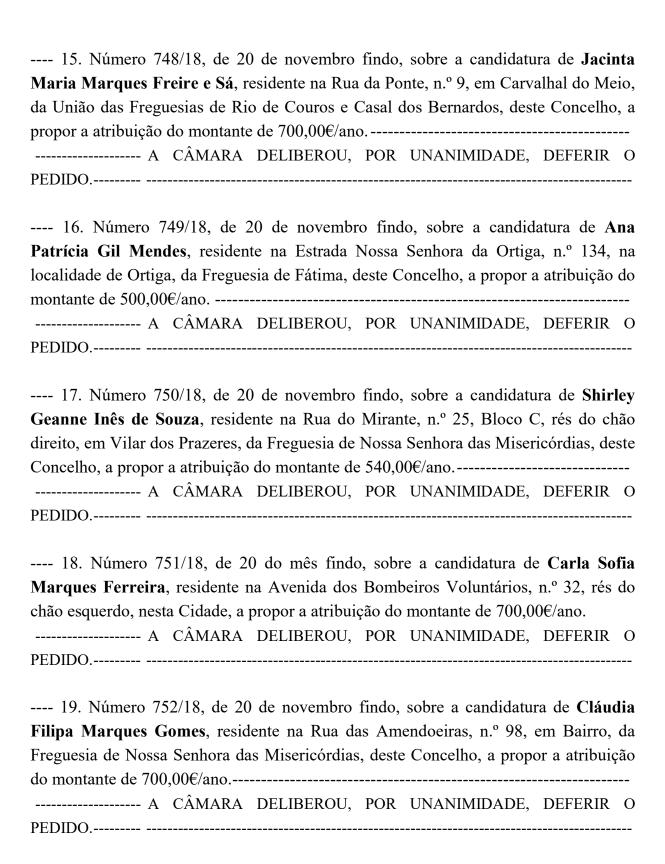


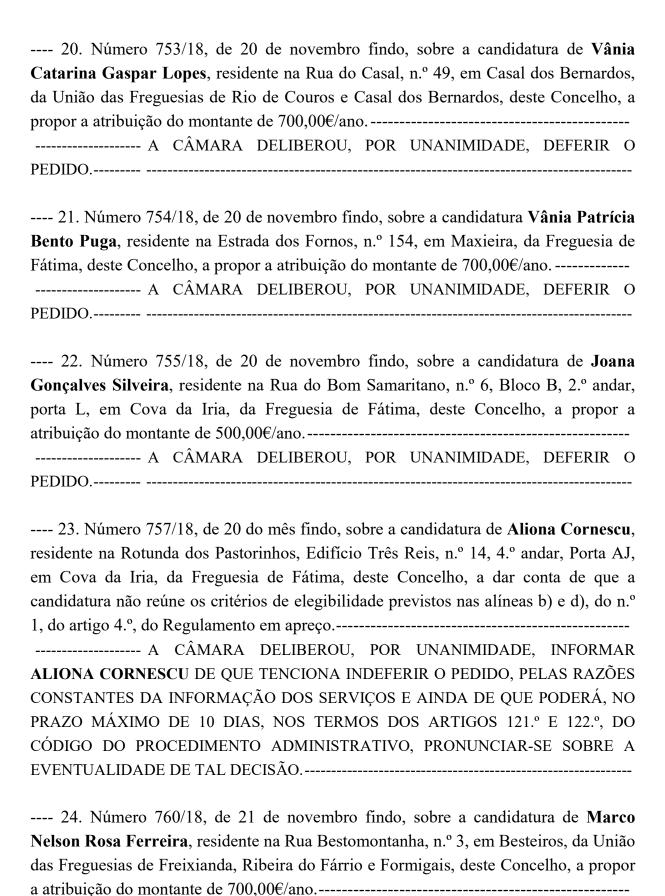


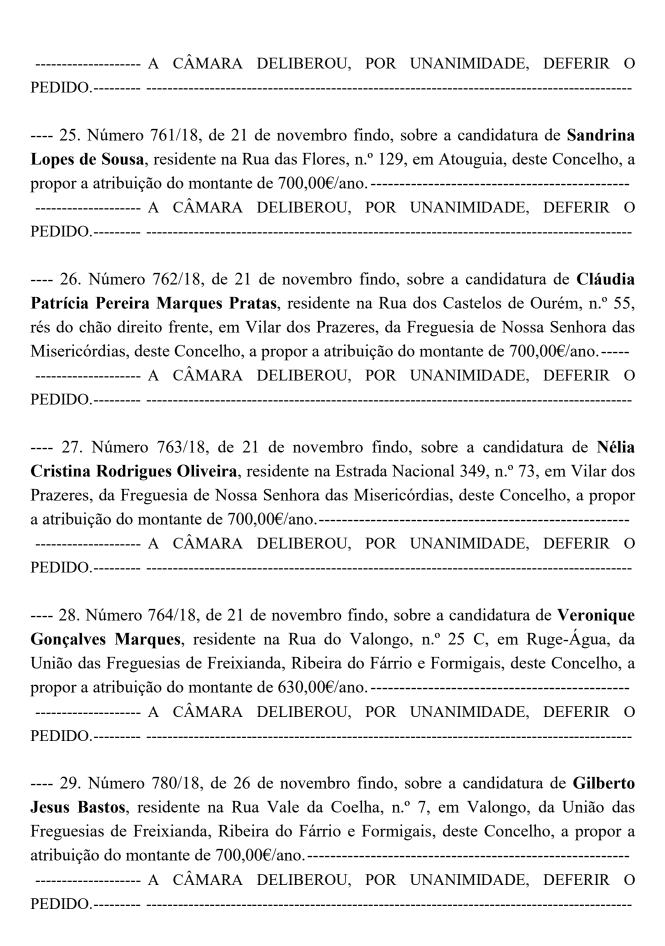


Segundo o artigo 13.º "Todas as dúvidas ou omissões ao presente regulamento

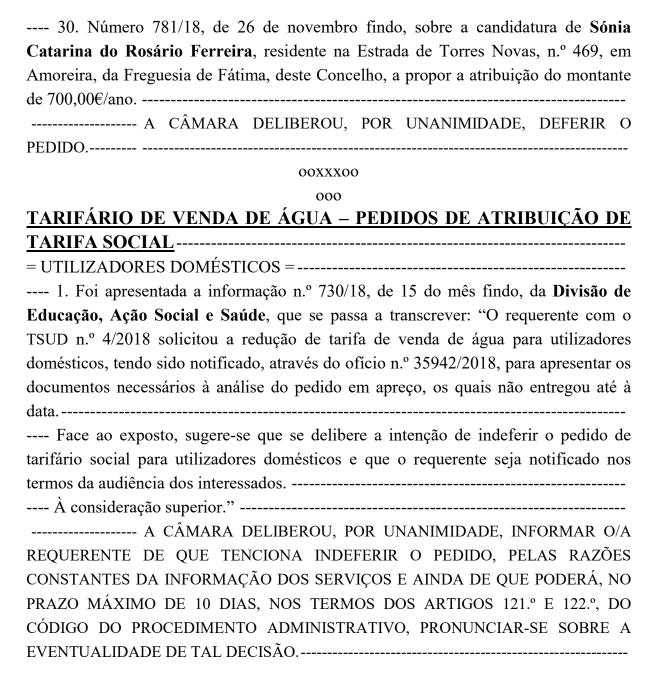
PODERÁ USUFRUIR DO MESMO, ------







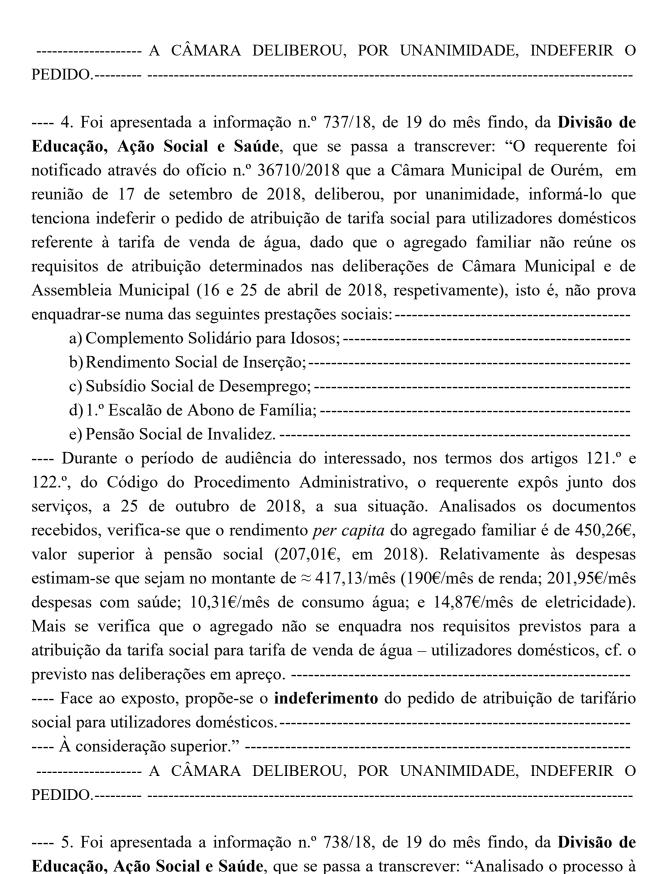




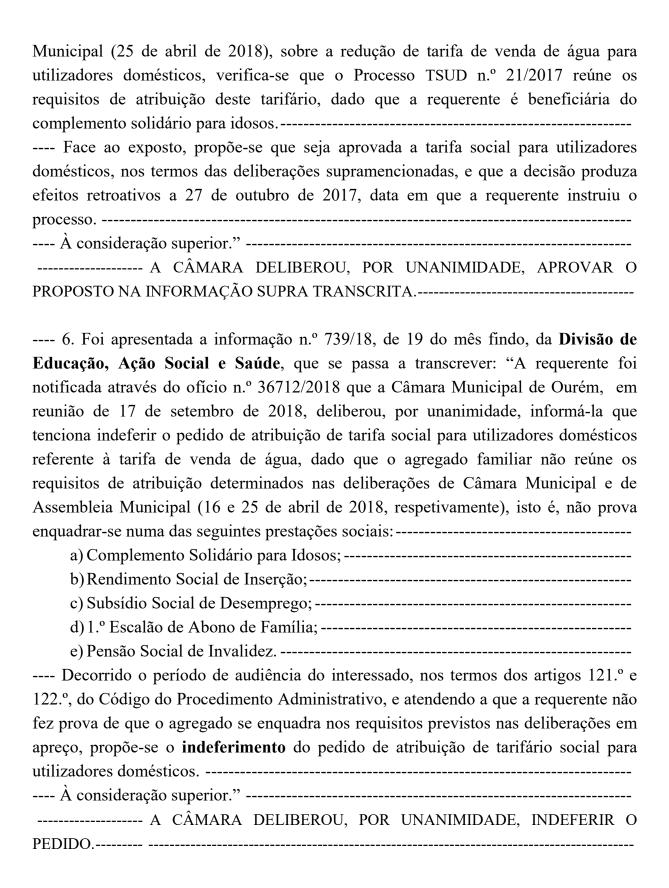
---- 2. Foi apresentada a informação n.º 735/18, de 19 do mês findo, da **Divisão de Educação, Ação Social e Saúde**, que se passa a transcrever: "O requerente foi notificado através do ofício n.º 32718/2018 que a Câmara Municipal de Ourém, em reunião de 03 de setembro de 2018, deliberou, por unanimidade, informá-lo que tenciona indeferir o pedido de atribuição de tarifa social para utilizadores domésticos referente à tarifa de venda de água, dado que o agregado familiar não reúne os requisitos de atribuição determinados nas deliberações de Câmara Municipal e de

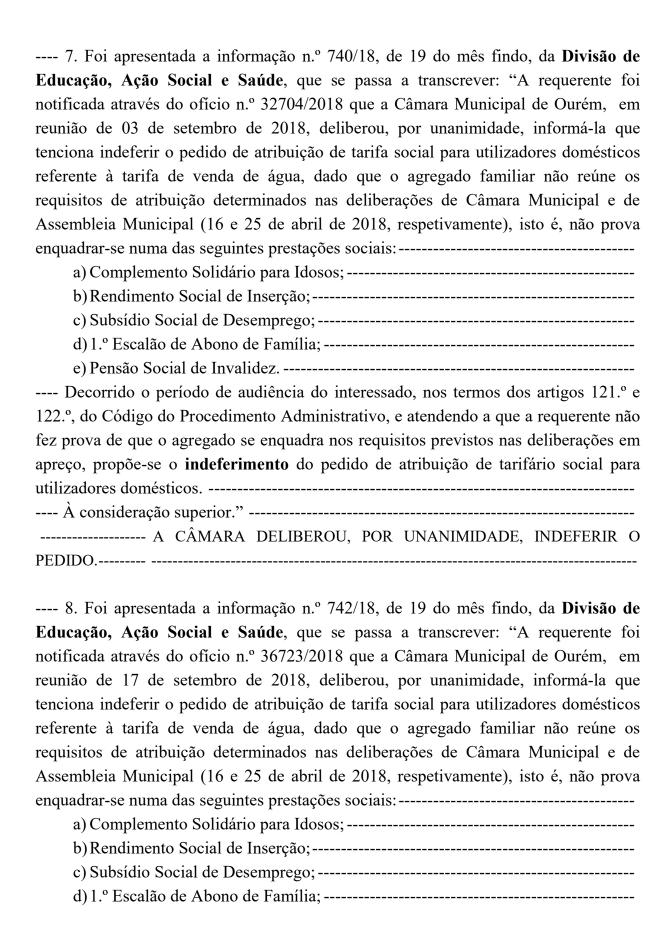
Assembleia Municipal (16 e 25 de abril de 2018, respetivamente), isto e, não prova
enquadrar-se numa das seguintes prestações sociais:
a) Complemento Solidário para Idosos;
b) Rendimento Social de Inserção;
c) Subsídio Social de Desemprego;
d) 1.º Escalão de Abono de Família;
e) Pensão Social de Invalidez
Decorrido o período de audiência do interessado, nos termos dos artigos 121.º e
122.º, do Código do Procedimento Administrativo, e atendendo a que o requerente não
fez prova de que o agregado se enquadra nos requisitos previstos nas deliberações em
apreço, propõe-se o indeferimento do pedido de atribuição de tarifário social para
utilizadores domésticos
À consideração superior."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INDEFERIR O
PEDIDO
3. Foi apresentada a informação n.º 736/18, de 19 do mês findo, da Divisão de
Educação, Ação Social e Saúde, que se passa a transcrever: "O requerente foi
notificado através do oficio n.º 32719/2018 que a Câmara Municipal de Ourém, em
reunião de 03 de setembro de 2018, deliberou, por unanimidade, informá-lo que
tenciona indeferir o pedido de atribuição de tarifa social para utilizadores domésticos
referente à tarifa de venda de água, dado que o agregado familiar não reúne os
requisitos de atribuição determinados nas deliberações de Câmara Municipal e de
Assembleia Municipal (16 e 25 de abril de 2018, respetivamente), isto é, não prova
enquadrar-se numa das seguintes prestações sociais:
a) Complemento Solidário para Idosos;
b) Rendimento Social de Inserção;
c) Subsídio Social de Desemprego;
d) 1.º Escalão de Abono de Família;
e) Pensão Social de Invalidez
Decorrido o período de audiência do interessado, nos termos dos artigos 121.º e
122.º, do Código do Procedimento Administrativo, e atendendo a que o requerente não
fez prova de que o agregado se enquadra nos requisitos previstos nas deliberações em
apreço, propõe-se o indeferimento do pedido de atribuição de tarifário social para
utilizadores domésticos
À consideração superior."

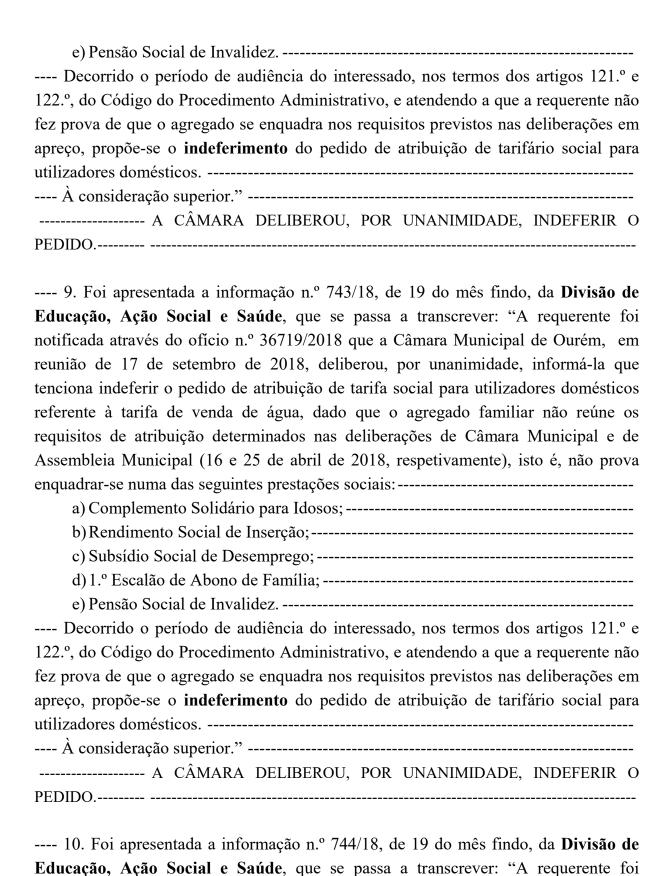




luz das deliberações da Câmara Municipal (16 de abril de 2018) e da Assembleia







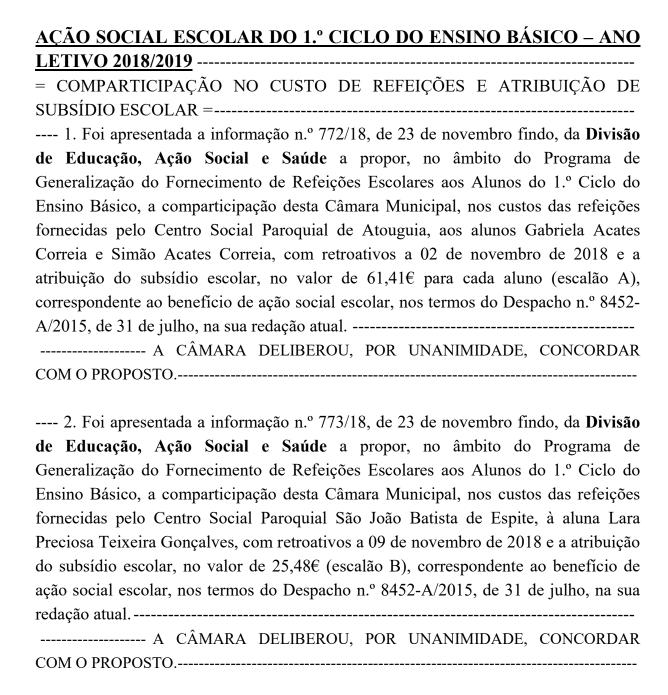
notificada através do oficio n.º 36715/2018 que a Câmara Municipal de Ourém, em



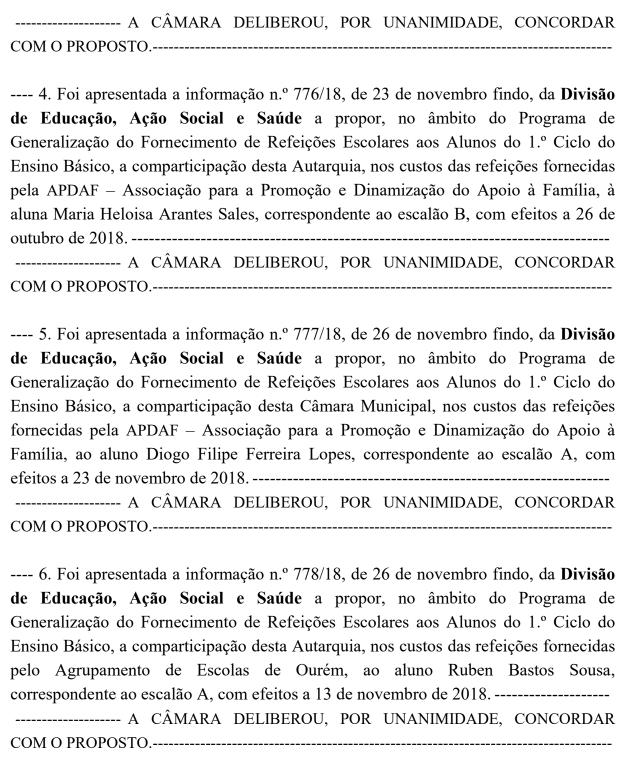
reunião de 17 de setembro de 2018, deliberou, por unanimidade, informá-la que
tenciona indeferir o pedido de atribuição de tarifa social para utilizadores domésticos
referente à tarifa de venda de água, dado que o agregado familiar não reúne os
requisitos de atribuição determinados nas deliberações de Câmara Municipal e de
Assembleia Municipal (16 e 25 de abril de 2018, respetivamente), isto é, não prova
enquadrar-se numa das seguintes prestações sociais:
a) Complemento Solidário para Idosos;
b) Rendimento Social de Inserção;
c) Subsídio Social de Desemprego;
d) 1.º Escalão de Abono de Família;
e) Pensão Social de Invalidez
Decorrido o período de audiência do interessado, nos termos dos artigos 121.º e
122.º, do Código do Procedimento Administrativo, e atendendo a que a requerente não
fez prova de que o agregado se enquadra nos requisitos previstos nas deliberações em
apreço, propõe-se o indeferimento do pedido de atribuição de tarifário social para
utilizadores domésticos
À consideração superior."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INDEFERIR O PEDIDO
OOXXXOO
000 DEDIDO DE ADOIO DE AÇÃO SOCIAL DIDETA
PEDIDO DE APOIO DE AÇÃO SOCIAL DIRETA
No âmbito das normas de atribuição de apoio alimentar e de apoio em vestuário,
calçado, têxteis, brinquedos, material escolar e outros materiais, aprovadas na reunião
de 07 de julho de 2017, foi apresentada a informação n.º 759/18, datada de 20 de
novembro findo, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, a propor o
deferimento do pedido de atribuição de apoio alimentar, efetuado por Maria Rosa
Pereira dos Reis, residente na Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto, rés do chão
esquerdo B-C, nesta Cidade
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEFERIR O
PEDIDO
ooxxxoo

000











AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)-----

ENCONTRAM-SE REFERENCIADAS CONSTRUÇÕES. ------ooxxxoo

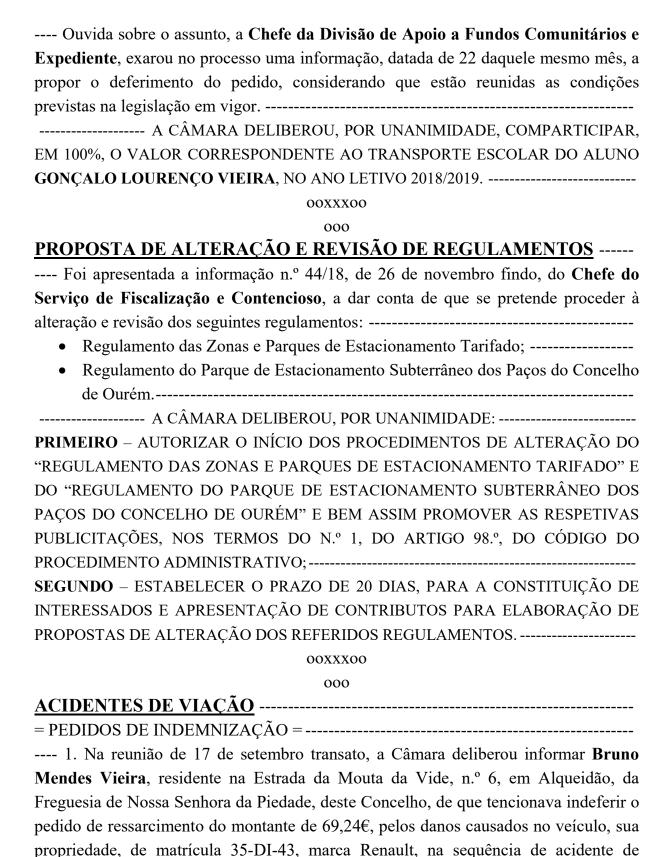
000

TRANSPORTES ESCOLARES -----

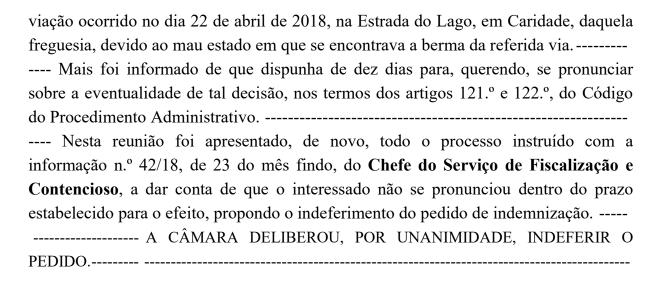
= ANO LETIVO 2018/2019 = -----

---- Foi apresentada a informação n.º 143/18, de 21 de novembro findo, do **Setor de Transportes**, a colocar à consideração superior a comparticipação, em 100%, do valor da vinheta relativa aos transportes escolares do ano letivo 2018/2019, do aluno **Gonçalo Lourenço Vieira**, matriculado no 9.º ano do Curso PIEF, no Agrupamento de Escolas Templários, em Tomar, correspondente ao montante de 655,60€, por inexistência do referido curso neste Concelho. ------



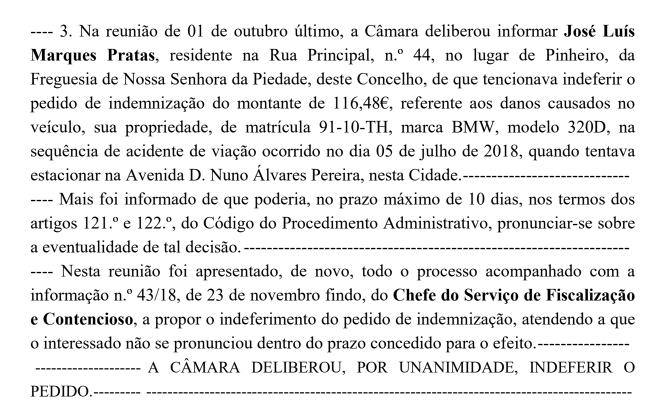




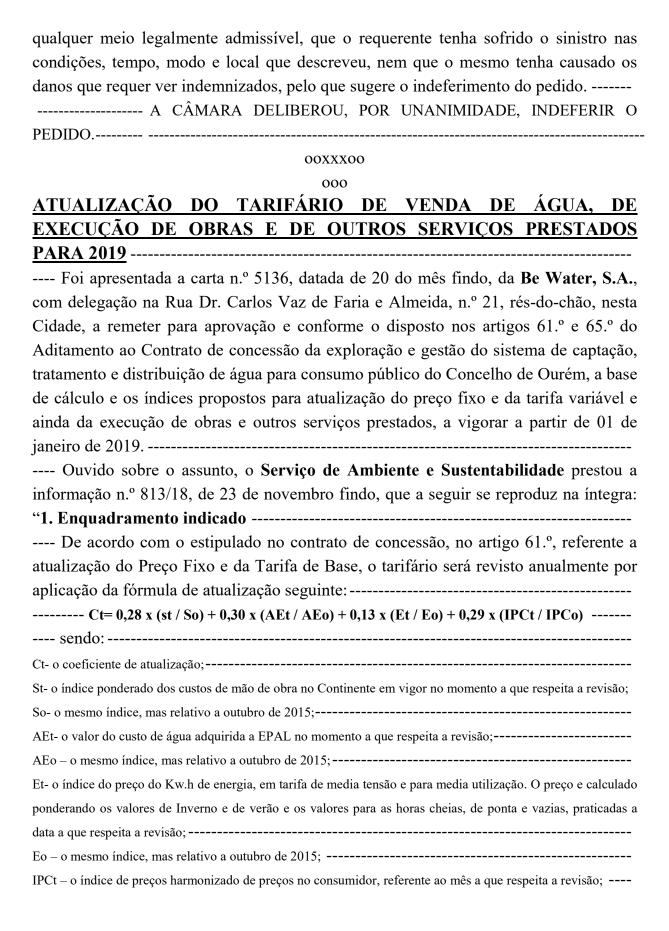


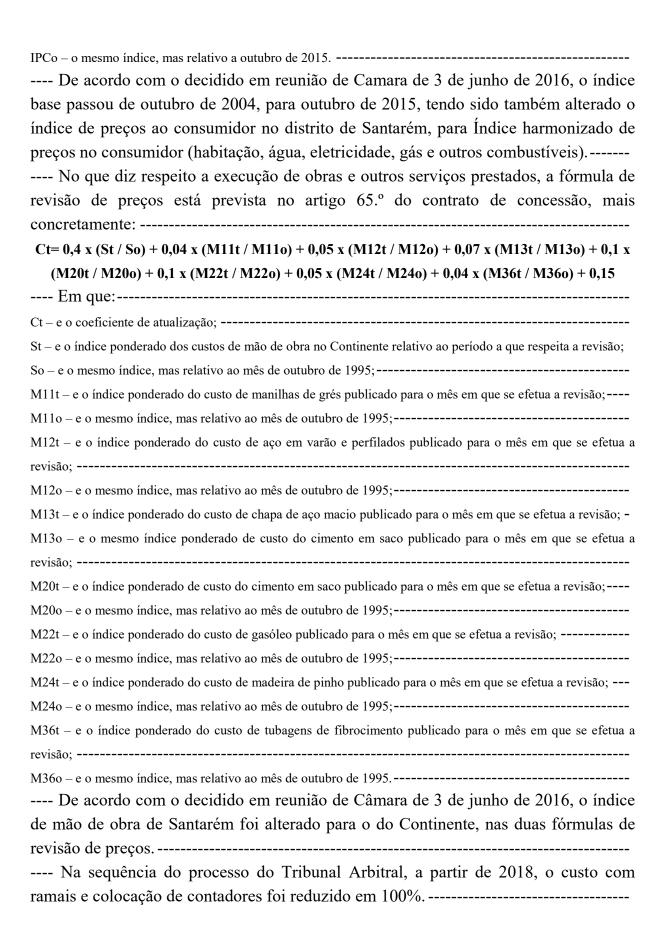
---- 2. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 16.950/2018, da firma Expresso Veste, Unipessoal, Limitada, com sede na Rua dos Mosteiros, n.º 8, Lote 1, da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do Concelho de Entroncamento, a informar de que no dia 29 de abril de 2018, sofreu um acidente de viação quando circulava na Estrada Nacional 349, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, tendo danificado o pneu traseiro do lado direito da viatura, de matrícula 88-48-ZQ, marca BMW, modelo 320D, devido a uma tampa de saneamento que se encontrava solta e a solicitar o pagamento da importância de 197,24€, referente aos danos causados, conforme documento que anexa.--------- Ouvido sobre a pretensão, o Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso, prestou a informação n.º 26/18, de 11 de julho último, a dar conta, em função dos factos apurados, de que parece não existir nexo de causalidade entre os factos e os danos, não podendo, salvo melhor opinião, ser imputada a responsabilidade ao Município, por não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual e a propor a intenção de indeferimento do pedido de indemnização, podendo a requerente, querendo, por escrito e no prazo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, dizer o que se lhe oferecer. ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR A



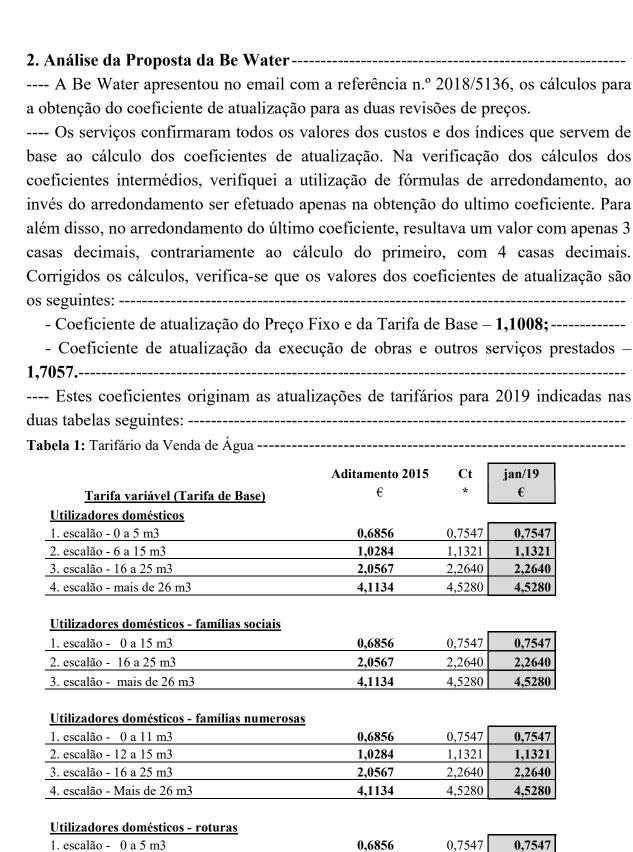


---- 4. Na reunião de 01 de setembro de 2017, a Câmara deliberou informar Vítor Antunes Almeida, residente na Estrada dos Fornos, n.º 177, em Maxieira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, de que tencionava indeferir o pedido de indemnização da importância de 2.380,72€, referente aos danos causados no veículo, sua propriedade, de matrícula 06-RZ-28, marca YAMAHA, na sequência de acidente de viação ocorrido no dia 19 de fevereiro de 2017, devido a um despiste quando circulava na Estrada da Pedra Alva, na localidade de Bairro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, também deste Concelho. ---------- Mais foi informado de que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se sobre a eventualidade de tal decisão. ---------- O munícipe interessado, ao tomar conhecimento do teor daquela deliberação, apresentou a exposição registada sob o n.º 30.610/2017, a prestar alguns esclarecimentos, que considera pertinentes ao deferimento da sua pretensão e a solicitar a reapreciação do processo. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 50/18, de 29 de outubro último, do Serviço de Fiscalização e Contencioso, a dar conta, salvo melhor opinião, de que não se encontra provado, por









2. escalão - 6 a 15 m3

3. escalão - Mais de 16 m3

1,1321

2,2640

1,1321 2,2640

1,0284

2,0567



Utilizadores Não dom	<u>ésticos</u>		_	
Escalão único		2,0567	2,2640	2,2640
		,	-	,
Utilizadores Não dom	ésticos - Social		_	
Escalão único		2,0567	2,2640	1,1320
			-	
CM Leiria *			_	
Escalão único				0,5865
Tarifa	a de Disponibilidade (Pr	eco Fixo)		_
Utilizadores doméstico				
	<u>≤</u> 25mm	5,1926	5,7160	5,7160
	Social	isento		isento
	> 25mm	10,3852	11,4320	11,4320
		,		
Utilizadores Não dom	ésticos			
	≤ 20 mm	10,3852	11,4320	11,4320
	> 20mm e ≤ 30	,	Í	
	mm	27,8323	30,6378	30,6378
	> 30mm e ≤			
	50mm	58,4478	64,3393	64,3393
	> 50mm	87,6718	96,5091	96,5091
Utilizadores Não dome	<u>ésticos - Social</u>			
	≤ 20 mm	10,3852	11,4320	5,7160
** · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	1 1 /			_

Nota: (*) – preço de aquisição de água à EPAL, em conformidade com o protoloco estabelecido entre a CMO e os SMAS Leiria

Tabela 2: Valores de execução de obras e outros serviços prestados ------

				Jan-19 (*)
		1995	Tarifa x Ct	€
Serviços prestados	PTE	€	€	
Colocação de contador	1700	8,4796	14,4636	0,00
Mudança de contador	1600	7,9808	13,6128	13,61
Restabelecimento	1200	5,9856	10,2096	10,21
Reaferição	3500	17,4579	29,7780	29,78
Ligação	1000	4,9880	8,5080	0,00
Ensaio das canalizações				
.Até 6 dispositivos	1000	4,9880	8,5080	8,51
. de 6 a 20 dispositivos	1800	8,9784	15,3144	15,31
. mais de 20 dispositivos	3000	14,9639	25,5240	25,52

Nota: (*) - Novo Tarifário a vigorar em 2019, com efeito a 1 de janeiro. Em conformidade com os pressupostos acordados no âmbito do 2.º Aditamento ao Contrato de Concessão, as rubricas "Colocação de Contador" e "Ligação" são reduzidas em 100%.

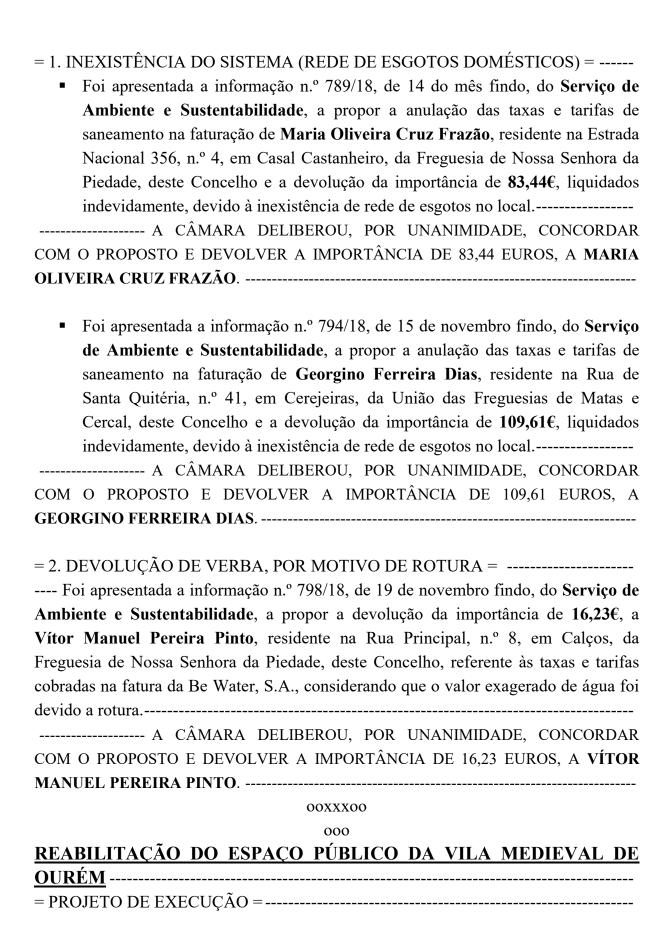
Execução de Obras		1995		
(Ramais Domiciliários)	PTE	€	Tarifa x Ct	Jan-19 (*)
Ramal de 1"			€	€
	43			
De 0 a 10 metros	000	214,4831	365,8438	0,00

Por cada metro linear a mais	2 000	9,9760	17,0161	0,00
Ramal de 1 1/4"				
	50			
De 0 a 10 metros	600	252,3917	430,5045	0,00
Por cada metro linear a mais	2 500	12,4699	21,2699	0,00
Ramal de 1 1/2"				
	58			
De 0 a 10 metros	200	290,3004	495,1654	0,00
Por cada metro linear a mais	3 000	14,9639	25,5239	0,00
	_			
Ramal de 1 3/4"	1			
	65			
De 0 a 10 metros	800	328,2090	559,8261	0,00
Por cada metro linear a mais	3 500	17,4579	29,7779	0,00
Ramal de 2"	1			
Tumbir de 2	73			
De 0 a 10 metros	400	366,1177	624,4870	0,00
Por cada metro linear a mais	4 000	19,9519	34,0320	0,00

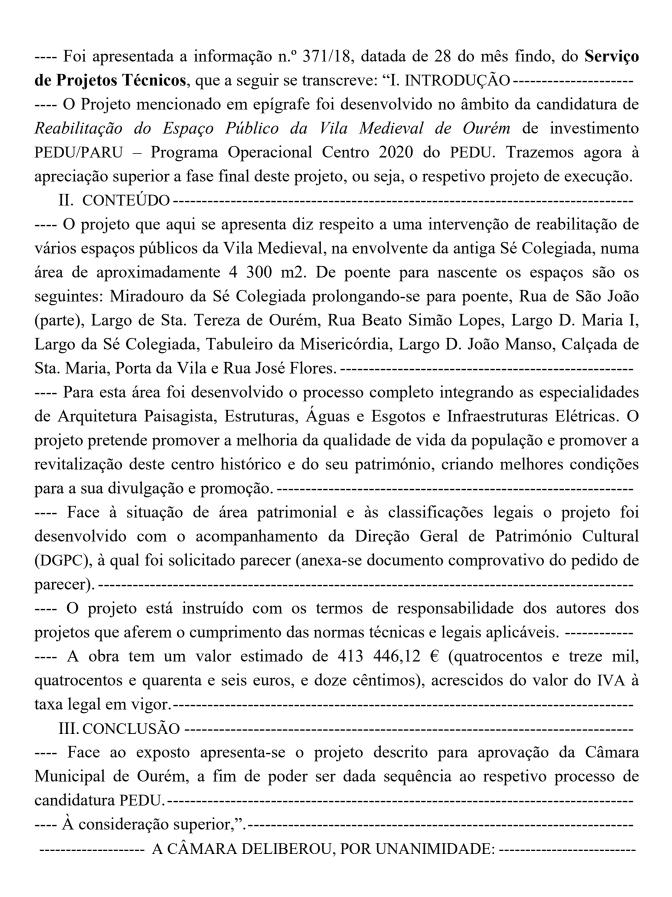
Nota: (*) - Novo Tarifário a vigorar em 2019, com efeito a 1 de janeiro. Em conformidade com os pressupostos acordados no âmbito do 2.º Aditamento ao Contrato de Concessão, a preço de venda de "Obras - Ramais Domiciliários" é reduzido em 100%, para ramais até 20 ml de extensão. Para Ramais Domiciliários com mais de 20 ml de extensão, será feito um orçamento "caso-a-caso", considerando os primeiros 20 ml gratuitos.

000

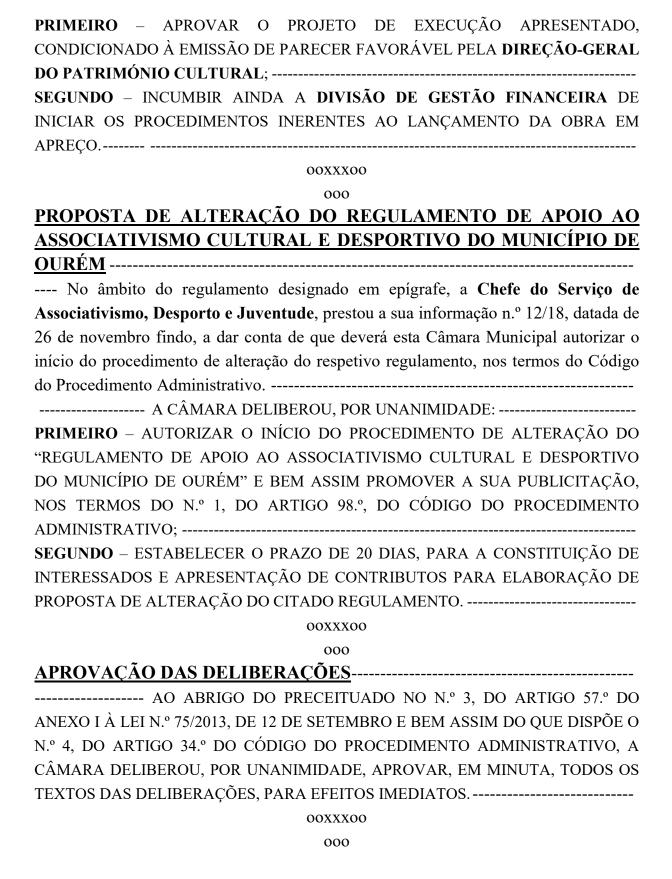
TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --













O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 03/12/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 19 de novembro de 2018.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Proposta de Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém Informação n.º 477/18, de 27 de novembro, do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- = Autorização prévia para ações de (re)arborização Carta registada sob o n.º 40.423/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Manuel das Neves Abreu.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

= Reconstrução do Mercado do Peixe em Freixianda – Proposta de protocolo com a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Informação n.º 116/18, de 27 de novembro, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

2.1. SETOR DE CONTABILIDADE

= Academia de Música Banda de Ourém – Pedido de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis – Carta, datada de 21 de novembro de 2018, da associação.

2.2. SETOR DE PATRIMÓNIO

- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Cedência de posição contratual:
 - 1. Informação n.º 96/18, de 29 de outubro de 2018, do Setor de Património (SP);
 - 2. Informação n.º 97/18, de 29 de outubro de 2018, do SP.

2.3. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P131/2018 Aquisição de trator Informação n.º 419/18, de 09 de outubro de 2018, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);
- = P132/2018 Aquisição de serviços financeiros através de um contrato de leasing para aquisição de um trator Informação n.º 492/18, de 20 de novembro, do SCPA;
- = P137/2018 Reestruturação e upgrade de data centers e rede municipal de banda larga associada Informação n.º 502/18, de 27 de novembro, do SCPA;
- = P172/2018 Aquisição de serviços para limpeza dos corredores dos emissários de Ourém Informação n.º 484/18, de 15 de novembro, do SCPA;



- = P173/2018 Aquisição de serviços de ampliação/remodelação de projetos de execução da rede de esgotos no Concelho de Ourém Informação n.º 485/18, de 15 de novembro, do SCPA;
- = P176/2018 Estrutura de contenção na ER 356 de Rio de Couros Informação n.º 487/2018, de 15 de novembro, do SCPA;
- = P179/2018 Contratação de técnico responsável pela exploração de instalações elétricas municipais Informação n.º 489/18, de 19 de novembro, do SCPA;
- = P181/2018 Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de emergência a equipamentos AVAC em vários edifícios municipais, durante 12 meses Informação n.º 490/18, de 16 de novembro, do SCPA;
- = P184/2018 Fornecimento de gás natural Informação n.º 500/18, de 27 de novembro, do SCPA.

3. DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E INFORMÁTICA 3.1. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

= Programa de regularização extraordinária de vínculos precários – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – Processo registado sob o n.º 4633/2018, de Ana Paula Marques Silveiro, acompanhado com a informação n.º 8/18, de 13 de novembro, do Setor de Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = P028/2016 Reabilitação do "Caminho Municipal Matas/Espite 2.ª fase" Cálculo de revisão de preços provisória Informação n.º 738/18, datada de 11 de outubro de 2018, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos;
- = Pedidos de materiais:
 - 1. Carta registada sob o n.º 20.951/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedido de Célia Sofia Pontes Simões;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 31.635/2018, da Associação Social e Cultural de Fontainhas Seiça
 - 3. Carta registada sob o n.º 37.015/2018, da Junta de Freguesia de Fátima, a anexar pedido de José Lopes dos Reis.

5. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 240/2016, da firma Sociedade Hoteleira das Termas do Agroal, Limitada, instruído com o parecer, datado de 13 de novembro de 2018, da Comissão prevista no artigo 98.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Ourém (RPDMO);
 - 2. Processo registado sob o n.º 258/2017, de Francisco Ferreira Nunes e Arminda Marques Rodrigues, instruído com o parecer, datado de 13 de novembro de 2018, da Comissão prevista no artigo 98.º, do RPDMO;
 - 3. Processo registado sob o n.º 46/2018, de Maria Margarida dos Santos Neves Ferreira Lopes e outras, instruído com o parecer, datado de 13 de novembro de 2018, da Comissão prevista no artigo 98.º, do RPDMO;
 - 4. Processo registado sob o n.º 133/2018, da firma Carpintaria Mecânica São Bernardo, Limitada, instruído com o parecer, datado de 13 de novembro de 2018, da Comissão prevista no artigo 98.º, do RPDMO;



- 5. Processo registado sob o n.º 91/2008, de Manuel Alves Lopes, instruído com a informação n.º 79/2018/DOT/cm0766, de 21 de novembro, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
- 6. Processo registado sob o n.º 1723/2008, da firma Fatiperfil Indústria de Perfilados e Estruturas Metálicas, Limitada, instruído com a informação n.º 151/2018/DOT/cm0320, de 09 de novembro, da DOT;
- 7. Requerimento registado sob o n.º 1767/2012, de Rafael Vieira Coelho e Anabela Pereira Rodrigues, instruído com a informação n.º 233/2018/DOT/cm1282, de 08 de novembro, da DOT;
- 8. Requerimento registado sob o n.º 1952/2018, da firma MartinWork, Limitada, instruído com a informação n.º 158/2018/DOT/cm0758, de 12 de novembro, da DOT;
- 9. Requerimento registado sob o n.º 1684/2018, da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, instruído com a informação n.º 132/2018/DOT/cm0320, de 28 de setembro último, da DOT;
- = Loteamento urbano Pedido de isenção de taxas Requerimento registado sob o n.º 2003/2018, da Freguesia de Urqueira, acompanhado com a informação n.º 195/2018/DOT/cm0813, de 15 de novembro, da DOT;
- = Pedidos de destaque:
 - 1. Processo registado sob o n.º 211/2018, de Madalena Maria de Jesus Reis, instruído com a informação n.º 322/2018/DOT/cm0674, de 19 de novembro, da DOT;
 - 2. Processo registado sob o n.º 316/2018, de Fernando Augusto Gaspar Pereira, instruído com a informação n.º 33/2018/DOT/cm0756, de 21 de novembro, da DOT;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 2051/2018, de Maria Justina Lopes e António Justino Lopes, instruído com a informação n.º 199/2018/DOT/cm813, de 22 de novembro, da DOT;
- = Beneficiação/Demolição de Edificação Segurança e Salubridade Públicas Exposição registada sob o n.º 24.499/2018, de Susete Marques Pedrosa Ribeiro, sobre imóvel em mau estado de conservação, instruída com a informação n.º 190/2018/DOT/cm0650, de 20 de novembro, da DOT;
- = Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Informação n.º 60/2018/DOT/cm0579, de 27 de novembro, da Chefe da DOT;
- = Elaboração do Plano de Urbanização de Ourém Informação n.º 61/2018/DOT/cm0579, de 27 de novembro, da Chefe da DOT;
- = Revisão do Plano de Urbanização de Fátima Informação n.º 62/2018/DOT/cm0579, de 28 de novembro, da Chefe da DOT;
- = Regime extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) Alteração do Plano de Urbanização de Fátima Pedido de esclarecimentos Informação n.º 20/18/DOT/671, de 22 de novembro, da DOT.

6. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas Pedido de material técnico Carta, datada de 22 de outubro de 2018, da associação;
- = Comemoração do Dia Internacional das "Cidades pela Vida Cidades Contra a Pena de Morte" 30 de novembro Proposta de iluminação de um monumento Carta, datada de 12 de novembro de 2018, da Comunidade de Sant'Egídio;
- = Projeto ARTÉRIA Relatório de avaliação intermédia Informação n.º 331/18, datada de 15 de novembro, da Chefe da Divisão de Ação Cultural (DAC);



= Loja do Museu Municipal de Ourém – Venda de Natal – Informação n.º 324/18, de 07 de novembro, da DAC.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Pedido de atribuição de tarifa social Requerimento registado sob o n.º 3613/2015, de Luciano Antunes Ferreira;
- = Apoio à Natalidade e à Infância Análise de candidaturas:
 - 1. Informação n.º 716/18, de 15 de novembro, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
 - 2. Informação n.º 717/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 3. Informação n.º 718/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 4. Informação n.º 719/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 5. Informação n.º 720/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 6. Informação n.º 721/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 7. Informação n.º 723/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 8. Informação n.º 724/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 9. Informação n.º 727/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 10. Informação n.º 728/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 11. Informação n.º 729/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 12. Informação n.º 732/18, de 16 de novembro, da DEASS;
 - 13. Informação n.º 733/18, de 16 de novembro, da DEASS;
 - 14. Informação n.º 747/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 15. Informação n.º 748/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 16. Informação n.º 749/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 17. Informação n.º 750/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 18. Informação n.º 751/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 19. Informação n.º 752/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 20. Informação n.º 753/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 21. Informação n.º 754/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 22. Informação n.º 755/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 23. Informação n.º 757/18, de 20 de novembro, da DEASS;
 - 24. Informação n.º 760/18, de 21 de novembro, da DEASS;
 - 25. Informação n.º 761/18, de 21 de novembro, da DEASS;
 - 26. Informação n.º 762/18, de 21 de novembro, da DEASS;
 - 27. Informação n.º 763/18, de 21 de novembro, da DEASS;
 - 28. Informação n.º 764/18, de 21 de novembro, da DEASS;
 - 29. Informação n.º 780/18, de 26 de novembro, da DEASS;
 - 30. Informação n.º 781/18, de 26 de novembro, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social Utilizadores domésticos:
 - 1. Informação n.º 730/18, de 15 de novembro, da DEASS;
 - 2. Informação n.º 735/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 3. Informação n.º 736/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 4. Informação n.º 737/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 5. Informação n.º 738/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 6. Informação n.º 739/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 7. Informação n.º 740/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 8. Informação n.º 742/18, de 19 de novembro, da DEASS;
 - 9. Informação n.º 743/18, de 19 de novembro, da DEASS;



- 10. Informação n.º 744/18, de 19 de novembro, da DEASS;
- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta Informação n.º 759/18, de 20 de novembro, da DEASS:
- = Ação Social Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico Ano letivo 2018/2019 Comparticipação no custo de refeições e atribuição de subsídio escolar:
 - 1. Informação n.º 772/18, de 23 de novembro, da DEASS;
 - 2. Informação n.º 773/18, de 23 de novembro, da DEASS;
 - 3. Informação n.º 775/18, de 23 de novembro, da DEASS;
 - 4. Informação n.º 776/18, de 23 de novembro, da DEASS;
 - 5. Informação n.º 777/18, de 26 de novembro, da DEASS;
 - 6. Informação n.º 778/18, de 26 de novembro, da DEASS.

8. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

8.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 36.791/2018, de Francisco Marques Rodrigues, sobre prédio sito em Poças – Freguesia de Espite.

8.2. SETOR DE TRANSPORTES

= Transportes Escolares – Ano letivo 2018/2019 – Informação n.º 143/18, de 21 de novembro, do Setor de Transportes.

9. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Proposta de alteração e revisão de regulamentos Informação n.º 44/18, de 26 de novembro, do Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso;
- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 16.130/2018, de Bruno Mendes Vieira, sobre acidente ocorrido na Estrada do Lago, em Alqueidão Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no dia 22/04/2018;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 16.950/2018, da firma Expresso Veste, Unipessoal, Limitada, sobre acidente ocorrido na EN 349, em Vilar dos Prazeres Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no dia 29/04/2018;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 23.637/2018, de José Luís Marques Pratas, sobre acidente ocorrido na Avenida D. Nuno Álvares Pereira Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no dia 05/07/2018;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 25.893/2018, de Vítor Antunes Almeida, sobre acidente ocorrido em estrada de acesso a pedreiras, na localidade de Bairro Freguesia de Fátima, no dia 19/02/2017.

10. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Atualização do tarifário de venda de água, de execução de obras e de outros serviços prestados para 2019 Carta n.º 5136, de 20 de novembro de 2018, da Be Water, S.A.;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
 - Informação n.º 789/18, datada de 14 de novembro, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
 - Informação n.º 794/18, de 15 de novembro, do SAS;



2. Devolução de verba, por motivo de rotura – Informação n.º 798/18, datada de 19 de novembro, do SAS.

11. SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

= Reabilitação do Espaço Público da Vila Medieval de Ourém - Projeto de execução - Informação n.º 371/18, de 28 de novembro, do Serviço de Projetos Técnicos.

12. SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

= Proposta de alteração ao Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo do Município de Ourém – Informação n.º 12/18, datada de 26 de novembro, da Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude.

Câmara Municipal de Ourém, 28 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 19-11-2018 a 30-11-2018

Processo nº	Requerente	Local
1862/2018	Ângela Patrícia dos Reis Rodrigues	Rua Vale Sobreiras – Vale das Sobreiras – Freguesia de Atouguia
1954/2018	Condomínio do Edifício Carlos Vaz Faria de Almeida, Bloco 11	Rua Dr. Carlos Vaz Faria e Almeida, nº 11 - Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1799/2018	Condomínio do Edifício Rua dos Alamos, nº 40	Rua dos Álamos, nº 40 - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1955/2018	Condomínio do Edifício sito rua Carlos Vaz Faria de Almeida, Bloco 1	Rua Dr. Carlos Vaz Faria e Almeida, nº 1 – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1800/2018	Condomínio edifico António Pereira Afonso, 15	Rua António Pereira Afonso, nº 15 – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1930/2018	José de Jesus Luís Costa	Rua Principal, nº 346 - Carregal – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1982/2018	Lídia Lopes Dias	Rua da Malhinha – Ribeira - Freguesia de Gondemaria e Olival
1942/2018	Maria da Conceição Rodrigues Félix e Silva	Rua Gago Coutinho – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1964/2018	Maria Graça Laranjeiro	Rua D. Afonso Henriques – Sobral - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
2007/2018	Mário Coelho Fernandes	Calçada – Gondemaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
1998/2018	Nuno Miguel de Oliveira Remédios	Estrada da Moita – Moita Redonda – Freguesia de Fátima
1909/2018	Oktonemus Sociedade Unipessoal	Zona Industrial de Vilar dos Prazeres – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
1487/2018	Salvador Tomaz Carreira	Rua Nª Srª das Vitórias, nº 89 – Cova– Freguesia de Fátima
1617/2018	Teresa Maria Teles Ferreira Santos de Oliveira Reis	Rua do Pessegueiro - Boleiros - Freguesia de Fátima
1863/2018	Vítor Hugo das Neves Pereira	Estrada Principal, 33nº 33- Freguesia de Seiça



Ourém, 03 de dezembro de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 19/11/2018 a 30/11/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
40736	ThyssenKrupp Elevadores. S.A.	Inspeção de elevador
40348	Hotel Nossa Senhora da Paz	Inspeção de elevador
40878	Staroteis – Sociedade Hoteleira Unipessoal, S.A.	Inspeção de elevador
5161	O Sino – Exp. Restaurantes e Hotéis, S.A.	Selagem de elevador
24384	Cond. Prédio Rua António Justiniano Luz Preto, n.º 125	Selagem de elevador
5225	Cond. Edifício 13 de Maio, n.º 38	Selagem de elevador
11864	Cond. Edifício Av. D. José Alves Correia da Silva, n.º 134 A	Selagem de elevador
18743	Cond. Edificio R.M. 18	Selagem de elevador
13670	Cond. Edificio Av. Beato Nuno, n.º 61	Selagem de elevador
14211	Cond. Edificio Rotunda Norte	Selagem de elevador
39965	Centro de Cooperação Familiar "Lar de Betânia"	Inspeção de elevador
40962	Fábrica do Santuário de N.ª Sr.ª do Rosário de Fátima	Inspeção de elevador
40965	Fábrica do Santuário de N.ª Sr.ª do Rosário de Fátima	Inspeção de elevador
40966	Fábrica do Santuário de N.ª Sr.ª do Rosário de Fátima	Inspeção de elevador
40969	Fábrica do Santuário de N.ª Sr.ª do Rosário de Fátima	Inspeção de Elevador
40980	Fábrica do Santuário de N.ª Sr.ª do Rosário de Fátima	Inspeção de Elevador
40981	Fábrica do Santuário de N.ª Sr.ª do Rosário de Fátima	Inspeção de Elevador
40850	Adm. Condomínio Edifício 2003	Inspeção de Elevador
41160	Adm. Condomínio Jardins de Fátima	Inspeção de Elevador



39453	Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	Concessão de terreno no cemitério
23206	Ementa Pioneira, Lda.	Alargamento de horário
40718	Hipótese Radical, Lda.	Alargamento de horário
41412	Clara Cristina dos Anjos Costa Ferreira	Inspeção de elevador
42252	Silenciosos Operários da Cruz	Inspeção de elevador
42255	Silenciosos Operários da Cruz	Inspeção de elevador
42126	Vitória de Sobral, S.A.	Inspeção de elevador
42125	Vitória de Sobral, S.A.	Inspeção de elevador
42124	Vitória de Sobral, S.A.	Inspeção de elevador
42122	Vitória de Sobral, S.A.	Inspeção de elevador
27372	Cond. Edifício Linear	Selagem de elevador
35318	Flor Favorita, Ld. ^a	Selagem de elevador
39176	Residencial Peregrinos de Fátima, Ld. ^a	Inspeção de elevador
40792	Cândido Lopes Sousa	Selagem de elevador

Ourém, 03 de dezembro 2018.

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



APOIO AO INVESTIMENTO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS – "RECONSTRUÇÃO DE MERCADO DO PEIXE EM FREIXIANDA"

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. A União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais pretende promover a reconstrução de mercado do peixe existente em Freixianda, dotando a referida infraestrutura de adequadas condições operacionais e de conforto, promovendo a valorização do comércio tradicional.
- A requalificação mencionada no número anterior foi objeto de candidatura ao Turismo de Portugal, I.P, tendo merecido a concessão de um financiamento não reembolsável de 300 mil euros, consignado à referida requalificação.
- 3. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, bem como da promoção do desenvolvimento, de acordo com as alíneas a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 4. As freguesias dispõem de competência próprias, na área do equipamento rural e urbano e do desenvolvimento, de acordo com as alíneas a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- As receitas próprias e as verbas provenientes do Orçamento de Estado, afetas às Freguesias, são manifestamente insuficientes para a prossecução das suas atribuições.
- 6. Os municípios devem promover a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

Pelo exposto e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

Fl.105 03/12/2018 Anexo IV



PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 510 836 992, com sede na Rua Padre Feliciano de Oliveira nº 15 em Freixianda, representada neste ato pelo Presidente da respetiva União das Freguesias, Abílio Gameiro Rodrigues.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª

(Objecto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da componente própria inerente à reconstrução de mercado do peixe em Freixianda, conforme projeto técnico anexo. (Anexo – I), tendo por referência um investimento global previsto de 400.566,32 euros e um financiamento externo consignado garantido de 300.000,00 euros.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 70.396,42€ (Setenta Mil, Trezentos e Noventa e Seis Euros e Quarenta e Dois Cêntimos), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- O montante do apoio corresponde a 70% da componente própria prevista suportar pelo Segundo Outorgante no âmbito do investimento a realizar, em observância ao objeto definido na cláusula primeira.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no n.º 1 da presente cláusula.



4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 70% da despesa realizada inerente à componente própria.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 23.465,47 euros (Vinte e Três Mil, Quatrocentos e Sessenta e Cinco Euros e Quarenta e Sete Cêntimos), em fevereiro de 2019;
 - b. 23.465,47 euros (Vinte e Três Mil, Quatrocentos e Sessenta e Cinco Euros e Quarenta e Sete Cêntimos), em junho de 2019;
 - c. 23.465,48 euros (Vinte e Três Mil, Quatrocentos e Sessenta e Cinco Euros e Quarenta e Oito Cêntimos), em outubro de 2019;
- O pagamento da segunda e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

	faz parte inte	aranta da n	racenta				içao en	i Allexo –	ii, a qua
				00	onforme	doctors	cão em	Anexo –	II a qua
	identificação	bancária					da	entidade	bancária
	União de Fre	guesias de	Freixian	da, Ribeiı	ra do F	árrio e F	ormigai	s, com o r	iúmero de
4.	O pagament	o será efet	uado poi	r transfer	ência l	oancária,	para a	conta ba	ıncária da

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

 a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;



- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.



CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento do objeto de apoio)

O desenvolvimento do projeto apoiado no presente protocolo deverá será objeto de acompanhamento por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa inerentes.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do investimento a executar, do montante total a realizar, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.



2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- 2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	



O presente Protocolo de Colaboração com	preende <u>8</u> folhas às quais se juntam				
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da					
folha 7, em virtude de conter as assinaturas	dos mesmos.				
Celebrado aos () dias do mês de	de 2018, em dois exemplares de				
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.				
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,				
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho	Abílio Gameiro Rodrigues				
Albuquerque					